

**ESTADO DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LINGUÍSTICA MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

RENATA CARNEIRO LEMES CAETANO

**OS MUROS E SEUS OFENDÍCULOS: O CONFRONTO ENTRE OS
SENTIDOS PERMITIDOS E NÃO PERMITIDOS NO ESPAÇO URBANO.**

Cáceres-MT

2018

RENATA CARNEIRO LEMES CAETANO

**OS MUROS E SEUS OFENDÍCULOS: O CONFRONTO ENTRE OS
SENTIDOS PERMITIDOS E NÃO PERMITIDOS NO ESPAÇO URBANO.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Universidade do Estado
de Mato Grosso, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Luíza
Artiaga Rodrigues da Motta.

Linha de Pesquisa: Estudos e análise dos
processos discursivos e semânticos

**Cáceres-MT
2018**

Caetano, Renata Carneiro Lemes

Os Muros e seus ofendículos: o confronto entre os sentidos permitidos e não permitidos no Espaço Urbano. / Renata Carneiro Lemes Caetano. Cáceres/MT: UNEMAT, 2018.
C127o.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2018.

Orientadora: Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta

1. Análise de discurso visual. 2. Muro. 3. Sujeito. 4. Cidade. 5. Mídia. Sentidos Permitidos e Não Permitidos no Espaço Urbano.

Ficha catalográfica elaborada por Walter Clayton de Oliveira Job CRB 1/2049

RENATA CARNEIRO LEMES CAETANO

**O MURO E SEUS OFENDÍCULOS: O CONFRONTO ENTRE OS SENTIDOS
PERMITIDOS E NÃO PERMITIDOS NO ESPAÇO URBANO**

BANCA EXAMINADORA

Dr.(a). Ana Luíza Artiaga Rodrigues da Motta (Orientador – PPGL/UNEMAT)

Dr.(a). Ana Maria Di Renzo (Membro- PPGL/UNEMAT)

Dr. Marcos Aurélio Barbai (Membro –LABEUB/UNICAMP)

Dr.(a). Neuza Benedita Zattar (Membro – PPGL/UNEMAT)

APROVADA EM: _____/_____/_____

DEDICATÓRIA

Ao meus pais Antonio Carlos da Silva Lemes e Orlinda Carneiro Lemes pela presença constante. Amo muito vocês!

Ao meu esposo Wesllen Fardim Caetano pela compreensão e carinho.
Te amo!

À minha avó: Conceição Felício da Cunha pelos cuidados e preocupações.
Te Amo!

AGRADECIMENTOS

A Deus por nos conceder o dom gratuito da vida e do amor sem divisão/distinção.

À minha orientadora Profa. Dra. Ana Luíza Artiaga Rodrigues da Motta, pela orientação, paciência e confiança. A você minha gratidão!

Aos colegas da turma de mestrado pela convivência durante as aulas. Levarei a lembrança todos!

A todos os professores do Programa de Mestrado em Linguística. Muito obrigado por contribuírem nesse percurso.

Ao Prof. Dr. Marcos Aurélio Barbai pelas contribuições acadêmicas, por participar da banca de qualificação e banca de defesa.

À Profa. Dra. Neuza Benedita Zattar por aceitar a compor a banca e contribuir com este trabalho.

À Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo, por participar do processo de banca de qualificação e defesa.

À minha amiga Ângela Maria Garcia pela presença e incentivo neste percurso acadêmico.

A todos os professores da Escola Estadual “CAIC” por contribuírem com minha vida profissional.

À nossa querida Unemat, pela oportunidade em dar mais um passo ao crescimento científico e profissional.

À Capes, pela bolsa concedida.

Eu agora estou falando às paredes
Já não tenho mais você pra conversar
Na varanda está vazia aquela rede
Onde às vezes eu deitava pra te amar

Você foi o amanhecer mais colorido
Sem sentido se tornou entardecer
O vazio da saudade foi tirando
A vontade que eu tinha de viver

Só Deus sabe tudo o que eu estou
sentindo
A tristeza dói no peito sem parar
Quantas noites mal dormidas já passei
Na esperança de ouvir você chegar

Foram tantas cartas que eu perdi a conta
E nos muros, quantas frases escrevi
Na esperança que você leia só uma
E me faça esquecer que te perdi.

Falando às Paredes- Chitãozinho e Xororó

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
CAPÍTULO I.....	14
MUROS: SENTIDOS E INTERPRETAÇÃO.....	14
1.1 Os muros e as suas significações.....	14
1.2 Cidade de muros em confronto público e privado.....	27
1.3 A Cidade e os sentidos de público e privado.....	31
CAPÍTULO II.....	38
O MURO E SEUS OFENDÍCULOS O SENTIDO DA INVIOLABILIDADE	
2.1 Cidade de muros o pré-construído da segurança.....	38
2.2 A cidade e o discurso jurídico da inviolabilidade.....	44
2.3 Os muros e seus ofendículos no espaço urbano.....	52
CAPÍTULO III	64
MÍDIA: O MURO ENTRE AS NAÇÕES.....	64
3.1 A mídia um gesto de noticiar.....	64
3.2 O muro no discurso jornalístico e as suas significações.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS	86

RESUMO

Neste trabalho inscrevemo-nos na linha de pesquisa *Estudos e análise dos processos discursivos e semânticos* do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso. Discutiremos o muro enquanto discurso sentido, atravessado pela memória discursiva. Deslocamos, neste trabalho, de uma visão de descrição de muro, pela estrutura, e dedicamo-nos a refletir, de forma discursiva, sobre a relação entre o muro e a cidade. *A priori*, refletimos sobre a significação do muro evocando, pelos gestos de interpretação, uma leitura discursiva sobre a Muralha da China, o Muro de Jerusalém e o Muro de Berlim. Cada qual com a sua historicidade, confrontos territoriais, filiação religiosa, posições ideológicas. Na cidade contemporânea, o muro se coloca como divisor dos sentidos permitidos e não-permitidos, o público e privado. A construção do muro coloca em funcionamento uma posição sujeito amparado juridicamente pelo direito e dever à inviolabilidade, e nos fez pensar, discursivamente, na interpelação do indivíduo em sujeito transgressor e transgredido. Tomamos como *corpus*, neste trabalho, imagens dos muros e de seus ofendículos, de jornal online, Constituição Federal de 1899, Código Civil de 2002 e recortes das revistas *Veja e Isto é* com o intuito de compreender como dão visibilidade, pela linguagem, sobre o muro e a sua significação. Compreender o percurso sócio histórico, as formas de textualização do muro na cidade capitalista, fez-nos pensar na forma de individuação do sujeito ao pré-construído da segurança. Refletimos sobre o que está em jogo pela materialidade simbólica da escrita e das imagens, apresentando o muro atravessado por discursos, questionando: que efeitos de sentido o muro constrói no corpo da cidade? Como o muro, enquanto discurso, se insere pela escrita em uma sociedade capitalista?

Palavras-chave: Análise de Discurso. Muro. Sujeito. Cidade. Mídia.

ABSTRACT

In this work we are part of the research line Studies and analysis of the discursive and semantic processes of the Postgraduate Program in Linguistics of the State University of Mato Grosso. We will discuss the wall as a meaning discourse, crossed by discursive memory. In this work, we move from a description of a wall to a structure, and we devote discursively to the relationship between the wall and the city. A priori, we reflect on the significance of the wall by evoking, through the gestures of interpretation, a discursive reading on the Wall of China, the Jerusalem Wall and the Berlin Wall. Each one with its historicity, territorial clashes, religious affiliation, ideological positions. In the contemporary city, the wall is placed as a divider of the permitted and non-permitted, public and private senses. The construction of the wall puts in operation a subject position legally protected by the right and duty to inviolability, and made us think, discursively, in the interpellation of the individual in transgressor and transgressed subject. We took as corpus, in this work, images of the walls and their offenses, of online newspaper, Federal Constitution of 1899, Civil Code of 2002 and clippings of magazines *Veja* and *This* is with the intention to understand how they give visibility, by the language, and its significance. Understanding the socio-historical course, the forms of textualization of the wall in the capitalist city, made us think about the individual's form of individuation to the pre-constructed of security. We reflect on what is at stake for the symbolic materiality of writing and images, presenting the wall crossed by speeches, questioning: what effects of meaning does the wall construct in the body of the city? How does the wall, as a discourse, fit into writing in a capitalist society?

Keywords: Discourse Analysis. Subject Wall. City Media

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Figura 01 – Muro de Jerusalém	26
Figura 02 – Muro da China	32
Figura 03 – Muro de Berlim	36
Figura 04 – A divisão de Berlim	48
Figura 05 – Muros com cacos de vidro	50
Figura 06 – Muro com ponta de lança.....	53
Figura 07 – Câmeras elétricas	56

APRESENTAÇÃO

A escolha em percorrer os princípios teóricos da Análise de Discurso se deu, com o intuito de compreender a linguagem e seu funcionamento, por considerar que não há uma relação direta do homem com o mundo senão pela linguagem. (ORLANDI, 1999). De modo que a teoria da Análise de Discurso procura “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. (ORLANDI, 2013, p.15). Neste trabalho nos motiva a pensar o muro, enquanto discurso, em sua relação com o sujeito e com o histórico.

Pode-se dizer que os estudos sobre o muro iniciaram do princípio de compreender a cidade. A cidade tornou-se, desde a nossa formação acadêmica, objeto de pertinentes inquietações. Nesse sentido, este trabalho partiu da necessidade de compreender o modo como as cidades organizam os sentidos permitidos e não permitidos, pela discursivização dos muros.

De forma que a nossa inscrição teórica na Análise de Discurso permite-nos um deslocamento no modo de compreender o “muro”, de uma posição sociológica como um suporte, no social, com a função de desagregar, divisão. Do ponto de vista teórico da Análise de Discurso, tomamos o muro, enquanto discurso, sentido, atravessado pela memória discursiva.

Dessa forma, a textualização do muro no corpo da cidade tem tomado diferentes segmentos, uma vez que se tornou o divisor entre os sentidos permitidos e não permitidos em uma sociedade capitalista, cuja insígnia tem sido a violência. Na instrumentalização do muro como divisor do espaço, há um atravessamento político-ideológico que individua o sujeito em seu direito e dever à inviolabilidade, à privacidade. Assim, construir um muro significa dizer que, em determinado espaço permeia sentidos públicos e privados, em uma relação entre casa e rua. Fica dito que “os que estão do lado de cá do muro são as pessoas com as quais se quer conviver, quem está para fora são as que se exclui” (ORLANDI, 2004, p. 84), visto que, há uma projeção imaginária em relação ao sujeito como sujeito transgressor ou transgredido.

Na cidade cada vez mais se intensificam, inovam-se o direito à privacidade, à inviolabilidade ao investir em equipamentos de segurança, tecnologias de suspeição, como a de câmeras, cercas elétricas, grades, entre outros. Não basta investir em muros, é necessário suportes que reforcem o sentido da inviolabilidade.

Há uma textualização do muro em diferentes espaços e classes sociais na cidade e, sobretudo, em discursos, na mídia, tendo em vista que o muro na sociedade tornou-se objeto de distintas discussões. Um atual exemplo é o Projeto Político, veiculado pela mídia, do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em construir um muro entre os Estados Unidos e o México. O discurso sobre a construção do muro na atualidade nos permite questionar os sentidos de muro entre países que, ideologicamente, traçam limites, distintas significações, posição. De forma que, neste trabalho, tomamos como *corpus* textos de imagens de muros e de seus ofendículos de jornal online, Constituição Federal de 1899, Código Civil de 2002 e recortes das revistas *Veja e Isto é*.

Nessa direção, organizamos esta dissertação em três capítulos. No capítulo I, tratamos o muro enquanto discurso sentidos, que implicam pensá-lo enquanto memória discursiva, o que tornou necessário questionar a exterioridade: o sujeito e a situação. Assim, fez-se necessário traçar, de forma breve, um percurso sócio-histórico da Muralha da China, dos Muros de Jerusalém e Berlim.

O muro, nas cidades chinesas, tem a sua significação pela posição ideológica antagonica, como também o conflito territorial. Já na cidade de Jerusalém chama-nos a atenção, o muro, pelo significado à filiação religiosa. Na cidade de Berlim o muro tem a sua significância e demarca as posições políticas e ideológicas entre o capitalista e a socialista. Pelas leituras do muro, na confluência da cidade, propomos compreender o processo sócio-histórico do par público e privado no espaço urbano, atentando para o modo que se deu o processo de compartimentação do muro no corpo da cidade. Discorreremos, assim, sobre o muro em uma abordagem sócio-histórica, em que refletimos sobre a relação do muro com a sua historicidade.

Podemos dizer que o muro tem a história como parte constitutiva de sua tessitura. Do ponto de vista da Análise de Discurso, a história é compreendida não como

um fato cronológico, mas como algo próprio do discurso. Analisar o “muro”, discursivamente, significa questionar o efeito da literalidade dos sentidos, já que para a perspectiva teórica da Análise de Discurso “[...] a linguagem não se dá como evidência, mas oferece-se como lugar de descoberta, lugar do discurso”. (ORLANDI, 2009, p. 96).

No capítulo II, dedicamo-nos, *a priori*, a refletir sobre a relação do “muro e seus ofendículos” com o espaço urbano na contemporaneidade, assim como, o modo como se deu o processo de compartimentação do muro no corpo da cidade. No decorrer, discutimos como o indivíduo interpelado em sujeito e individuado em sujeito de direito e deveres pelo Estado é, juridicamente, amparado pelo direito à inviolabilidade. De modo que o muro, juridicamente, interpela o indivíduo em sujeito transgressor e transgredido.

No capítulo III, tratamos, discursivamente, de uma leitura a partir de recortes de revistas jornalísticas como *Veja* e *Isto é*, com o intuito de compreender como o discurso jornalístico dá visibilidade e significação, projeção imaginária de sujeito e do muro. Como nos diz Orlandi (2013, p.20), os sentidos em relação aos sujeitos se constituem simultaneamente, pode-se dizer que os “sentidos sempre podem ser outros”. (Idem, 2013, p.37). Assim, o sentido de muro se diferencia em suas diferentes formações discursivas. Isto é, os muros dividem e se significam na cidade, em uma cidade que se significa ao construir muros.

CAPÍTULO I

MUROS: SENTIDOS E INTERPRETAÇÃO

É esta a resposta. Estou falando com a capela. Quer dizer, com as paredes. Tem cada vez mais sucesso o ato falho. Agora sei com quem eu vim falar, é com aquilo que sempre falei no Sainte-Anne- com as paredes”.

Lacan (2011, p. 79)

1.1 O muro e as suas significações

Neste capítulo discutiremos a Muralha da China, o Muro de Jerusalém e o Muro de Berlim, enquanto discurso, sentidos, memória discursiva. Isto implica, compreender pela tessitura do discurso o sujeito interpelado pelo inconsciente e pela ideologia. De forma que levaremos em consideração a exterioridade, como constitutiva do discurso. Por exterioridade, entende-se, aqui, a “relação da linguagem com a exterioridade, pensando a exterioridade, no texto, discursivamente, isto é, produzindo efeito de sentidos por e para sujeito”. (ORLANDI, 2012, p. 13). De modo que na linguagem, neste caso do muro, a exterioridade é constitutiva dos processos discursivos que o atravessa, tal como formula Pêcheux (1975) pelos pressupostos teóricos da Análise de Discurso.

Do ponto de vista sociológico, os muros são significados como “estruturas de paredes, podendo ser de vários tipos, com a função de separar o espaço e o sujeito, seja ele amigos, vizinhos e conflitantes”. (MARCHETI, 1969, p.24). Para a Análise de Discurso, o muro não é tido como suporte, com a função de desagregar o sujeito, mas como discurso, que interpela o sujeito pelas relações de sentidos que se edifica entre lugares, posição sujeito. O “muro”, discursivamente, “tem o funcionamento da alusão” (GUIMARÃES, 2013, p. 17), alusão ao funcionamento da exterioridade, isto é, da ideologia, do sujeito e da historicidade que o constitui.

Há diferentes filiações históricas que verticalizam o sentido de “Muro”, e isto nos faz pensar no modo como ele é significado em suas distintas, formulações, condições de produção. De acordo com Orlandi (2006), as “condições de produção compreendem dois aspectos, o sujeito e a situação”. Por sua vez, a situação, pode ser estabelecida em sentido estrito e lato. Essas duas marcas que se referem à situação são constituintes, sendo separadas somente para fins de explicação. Assim, para Orlandi (2010) as condições de

produção compreendem,

As circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, e o contexto imediato. (...) Por exemplo, em uma situação de sala de aula, a situação imediata, as circunstâncias de enunciação compreendem o contexto da sala de aula com o professor e os alunos (p.14).

O sentido lato amplo como,

O contexto amplo é o que traz para consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas instituições, entre elas a Universidade, no modo como elege representantes, como organiza o poder, distribuindo posições de mando e de obediência. (ORLANDI, 2010, p.31).

Pensamos em sentido amplo e compreendemos que pensar a divisão do espaço pelos muros, não se pode limitar apenas ao “sentido imediato”, isso significa dizer que incluem no aspecto lato ou amplo, o contexto sócio histórico e ideológico. De modo que se faz necessário trazer, nesse processo de significação do muro, o sujeito, a ideologia e a sua história. Pode-se dizer que o muro não escapa à história. A história não é compreendida como um dado cronológico, mas como parte do processo de constituição do sentido de muro.

Do ponto de vista discursivo, falar do modo de historicização do muro é dizer de uma atualização da memória, parte do processo significativo. Isto é, do modo como o muro, enquanto acontecimento de linguagem, está estritamente ligado com a memória discursiva, com as condições de produção e com o sujeito. A memória, aqui, não é compreendida como “lembranças descontínuas, fragmentadas, fluídas”. (ROBIM, 2016, p.18), mas como um já dito que se constitui discursivamente na sociedade. Para melhor entendermos, apresentamos a definição de memória discursiva conforme Pêcheux:

A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos “(quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 2010, p.52).

Depreende-se que a memória discursiva é compreendida como uma retomada, uma atualização, discursos-transversos que uma distinta leitura requer. Neste caso, o muro, tem a sua memória discursiva e, é constituído por redes de filiações históricas que se inscrevem nas práticas sociais. Ou seja, o muro tem sentidos que se entrecruzam em distintas posições sujeito: mítica, religiosa entre outros. Isto possibilita dizer que o muro, enquanto memória é atravessado por diferentes sentidos que se diferenciam nas condições de produção. Desse modo, é importante frisar que tomaremos o Muro de Jerusalém, da

Muralha da China e o Muro de Berlim tentando compreendê-los, discursivamente, evocando à sua historicidade.

Conforme Lovell (2006) os primeiros povos da região, hoje denominada China, desenvolveram-se ao lado do rio Amarelo e foram derrotados, por volta de 1500 anos a.C. pelos terríveis governantes Shang. Os povos Shang eram constituídos por membros de uma mesma família e por isso receberam o nome de “dinastia”. A dinastia de Shang durou cerca de 700 anos, até ser derrotada pela dinastia Zhou. (771 a.C- 480 a.C.).

Durante a dinastia Zhou deu-se início a uma grande disputa de “poder”. Essa fase durou até 221 anos a. C. A dinastia Zhou foi substituída pela dinastia de governantes guerreiros, liderada pelo primeiro imperador “Quin Shi Huang”. Quin Shi Huang se proclamou o primeiro imperador e deu início a construção da muralha, o que determinou a unificação das dinastias, a organização do império, construção de um sistema de canal para a circulação do comércio. A unificação da moeda, calendário, leis e a escrita demarca o início de um império que deu-se o nome de “China”.

Conforme Lovell (2006), as muralhas remontam a 2500 anos a.C., tinham cerca de 8.850 quilômetros de muralhas e aproximadamente 7,8 metros de altura, possuíam mais de 25 torres de vigilância. As muralhas acompanham vales montanhosos e desertos. Vejamos a imagem (fig.1),



Figura (01) Muro da China ¹

¹ Fonte Disponível: <https://www.google.com.br/search?q=imagem+do+muro+da+china.com> Acesso 16/11/2017.

A Muralha da China, imagem (fig.1), do ponto de vista discursivo, não é um simples instrumento material, evoca a memória discursiva os sentidos transversos que a constitui e a significa. Isto é movimento de sentido que diz respeito sobre a relação de poder, de cerceamento do território e sobre a formação identitária Chinesa. De maneira que esse movimento de divisão do espaço pelos muros tornou-se, (cf. LOVELL, 2006) a estrutura das cidades Chinesas.

Eles circundam, dividem-nas em lotes e quadras; mais do que outras estruturas, são eles que marcam as características básicas das comunidades Chinesas. Não existe uma cidade sem muros. Seria tão inconcebível quanto uma casa sem telhado. Dificilmente se encontrará uma aldeia de qualquer idade ou tamanho no norte da China que não possua ao menos um muro de barro, ou resto de alguma muralha. (LOVELL, 2006, p. 47).

O muro tem um diferencial para a China, e que tem a ver com as condições de produção, conforme se lê em Lovell. Do ponto de vista discursivo diremos que o muro está, metaforicamente, tal como o telhado para a casa. De forma que, o muro tece uma forma de divisão de sentidos no espaço. Não há espaço sem demarcação, e isto nos faz pensar a significação do muro na sua relação com a cidade, com o sujeito, com o poder, com o político e o ideológico.

Segundo Lovell (2006), a construção da muralha e a questão da linguagem se entrelaçam para fins de definir a civilização chinesa como é o caso dos ideogramas. Os ideogramas chineses são considerados como símbolos gráficos utilizados no sistema de escrita, em que cada palavra pode representar um único objeto. Como é o caso do ideograma “povoado”, que é representado pela figura de um agrupamento murado. A palavra “cidade capital” é apresentada originalmente pela figura de uma guarita sobre um portão de cidade. A palavra *Cheng*, ideologicamente, significa tanto para “cidade” quanto para os “muros da cidade”.

Ainda, segundo Lovell (op.cit.), embora inúmeros sociólogos pontuem que o sentido da muralha era de proteção, ou resistência contra os Bárbaros, a autora diz que “é curioso que a posição dessas muralhas dão a impressão que foram projetadas não para defender a China, mas sim para ocupar e expandir territórios estrangeiros”. (LOVELL, 2006 p.80). Nesse percurso de descrição, de dizer da autora sobre a Muralha da China, é pertinente destacar a opacidade na/da linguagem e que a Análise de Discurso questiona essa evidência. Nessa conjuntura, sócio histórica depreende-se que o muro é pensado em uma relação com a territorialidade. A territorialidade, tomada aqui, enquanto material simbólico político atado ao corpo do sujeito pela significação. O território não é vazio,

mas “um espaço móvel, de disjunção, de deslocamento e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramento de réplicas, polêmicas e contradiscurso”. (cf. Pêcheux, 1999, p. 56). O muro em relação ao território, impõe limites de sentidos, significação à territorialidade, à cidade ao sujeito. Um espaço demarcado pelo muro, com uma movência de sentidos.

O muro, enquanto espaço de observação, faz pensar as condições de produção em relação à nação. Desse modo, depreendemos pelas leituras que a Muralha da China é, ideologicamente, textualizada por uma cultura mitológica, que se expande, durante milhares de anos. Um deles é o mito de que o imperador possuía um chicote e uma pá que faziam a longa muralha surgir em 24 horas. Os estranhos desvios no traçado das muralhas são explicados pela conjuntura histórica de que o imperador e seu cavalo fizeram uma curva equivocada durante uma tempestade de areia. Outra explicação é o caso de que um dragão grande estava voando sobre aquela parte da China e caiu de barriga ao solo, transformando-se em uma longa muralha. (LOVELL, 2006, p. 83). Há diferentes redes de filiações que entrecruzam a textualidade da muralha, o lugar do mítico, do religioso, entre outros. Vejamos a canção.

Se tiveres um filho não o cries.
Não vês, a longa Muralha
É construída sobre esqueletos. (LOVELL, 2006, p.85).

De início, observa-se pelo discurso da canção um jogo entre um elemento A (aquele que diz) e o interlocutor B. A questão é pensar entre este e aquele o efeito de sentido do discurso. A formulação evoca as relações de sentido entre a edificação da muralha (a construção) e o sujeito. Coloca-se em questão a posição sujeito no acontecimento simbólico, a construção da muralha e um esforço sobre-humano, “Não vês, a longa Muralha/ É construída sobre esqueletos”. A formulação abre-se para múltiplas leituras e textualiza, pelo discurso, a projeção imaginária dos corpos dos trabalhadores mortos durante a construção da muralha. O corpo torna-se, pela formulação, parte dos materiais de construção. Ideologicamente, o sujeito torna-se uma instrumentalidade no processo de construção da muralha - “Se tiveres um filho não o cries”. O enunciado tem seus efeitos de sentido para os povos e faz pensar a relação política e ideológica do sujeito com o país.

Há uma rede de filiações de sentidos que atravessam, discursivamente, a Muralha nas cidades Chinesas. Hipoteticamente não se sabe, hoje, o real significado que permeia a construção da Muralha. Pode-se dizer, que seu sentido se diferencia nas diferentes

filiações discursivas. Do ponto de vista mítico é significado enquanto um objeto lendário. Pela posição de sociólogos enquanto proteção ou resistência contra os Bárbaros. Pela posição de historiadores como um meio de ocupar e expandir território estrangeiros. A inscrição teórica verticaliza o modo de significação, de constituição da Muralha da China. Cada país tem a sua historicidade.

No caso do Muro de Jerusalém, segundo a escritura bíblica, iniciou por volta de 1535 e 1538 a. C., o comprimento de 4018 m, a altura média cerca de 12 m e a espessura média 8,5 m, com cerca de 34 torres de vigia e 8 portas de entrada (Neemias 8-13). A métrica e as portas do Muro de Jerusalém faz pensar as relações de sentidos que jogam com a cidade, o modo de vida, o sujeito e as interdições em uma conjuntura histórica.



Figura (02) Muro de Jerusalém²

O Muro de Jerusalém, imagem (fig. 02), significa-se como um produto histórico, atravessado pela ideologia. A imagem, por ser linguagem apresenta-se em seu funcionamento, (re)significando o muro, pela ordem do simbólico, nessa condição de produção. Nas palavras de Souza (2001, p. 73):

Ao interpretar a imagem pelo olhar – e não através da palavra – apreende-se a sua matéria significante em diferentes contextos. O resultado dessa interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espectador a partir do caráter de incompletude inerente, eu diria, à linguagem verbal e não verbal. O caráter de incompletude da imagem aponta, dentre outras coisas, a sua recursividade. Quando se recorta pelo olhar um dos elementos

²Fonte Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=imagem+do+muro+de+jerusalem.com>
Acesso em: 16/11/2017.

constitutivos de uma imagem produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita.

Do ponto de vista discursivo, a imagem (fig. 02) do Muro de Jerusalém, coloca-se em formulação uma memória do muro, significante, atravessada pela filiação religiosa, de modo que os sentidos e dizeres do muro de Jerusalém se inscrevem na história para se significarem e para dar significado. Assim, nesse jogo simbólico, vemos materializado o sentido de muro marcado pela ideologia, do discurso religioso, do modo de pertencimento ao espaço. O muro na cidade de Jerusalém remete a uma rede discursiva de memória religiosa.

A Escritura Sagrada diz que os Muros de Jerusalém foram destruídos e as portas foram queimadas pelo povo da Babilônia. Nessa conjuntura religiosa, o gesto simbólico sobre os muros e as portas têm seus efeitos. Depreende-se que a religião Cristã, na cidade de Jerusalém, ficava a mercê de contaminar-se por outras religiões consideradas pagãs. O acontecimento de destruição, causado ao muro na cidade de Jerusalém, remete ao período em que o povo (de Jerusalém) permanecera cativos durante 70 anos na Babilônia, pelo rei Nabucodonosor³. De modo que, com a queda de poder do rei Nabucodonosor, um novo império foi implantado, o persa, comandado pelo rei Dario, o qual permitiu que o povo de Jerusalém voltasse para a sua cidade. Em nosso modo de leitura o que sobressai em relação a historicidade do muro da cidade de Jerusalém é o modo de filiação à memória discursiva, que provem da ordem do discurso religioso.

Nessa rede de sentidos, o povo de Jerusalém volta tomado, ideologicamente, pelo efeito de restaurar a cidade, reconstruir o muro e seu templo. Em Jerusalém, depara-se com fortes oposições dos Samaritanos, que se opuseram a reconstruir o muro e escreveram essa oposição ao imperador Dario, que promete a interdição de restauração da cidade. O efeito dessa oposição política produz para a cidade de Jerusalém um tempo de pobreza e perseguições.

Neemias, da linhagem de Jerusalém, que habitava a cidade de Susã, capital do Império Persa, é quem reconstrói o muro de Jerusalém. (Ne 1.5-11). Essa posição mítica textualiza, pela linguagem, uma posição política e ideológica de confronto e de poder que se constitui pelo discurso religioso. Nessa direção, o muro aparece como algo que se dá a ler nas relações antagônicas desde os tempos mais remotos a.C..

Consta na escritura bíblica que, com a destruição dos muros de Jerusalém, pelos

³ Por volta de 609 a. C.

opositores da Babilônia, denominados de Sambale (comandante do exército), Tobias (um horonita), Gesem (um amita) e um árabe (Ne 2.10,19), a cidade torna-se vulnerável à contaminar-se com as religiões pagãs. Afinal, o povo da Babilônia era conhecido por diferentes práticas religiosas como o paganismo. Desse modo, o Muro de Jerusalém, além da proteção à cidade, simbolicamente, significava a comunhão do povo com o cristianismo e, conseqüentemente, a separação dos religiosos com outras religiões consideradas pagãs.

No discurso religioso, uma cidade sem muros significava uma cidade desprotegida, sem fronteiras, a mercê da contaminação Cristã. Esse percurso demarca, ideologicamente, a relação que o muro produz pelo efeito da posição religioso. Nessa conjuntura sócio histórica e política de cunho religioso, que atravessam a constitutividade do Muro de Jerusalém, demarca que havia um rei, e que esse rei era o detentor do poder territorial. Há nesse caso um assujeitamento do indivíduo ao absolutismo. É pertinente questionar quais as relações entre o poder absolutista e a religião? Conforme o texto bíblico (1 Samuel 17: 34-35), o rei governa um território porque Deus o permitia, logo, a posição do rei seria de forma imaginária o enviado de Deus para governar o povo. A relação entre o absolutismo e a igreja inscreve o rei em uma posição sujeito como aquele que evoca o povo a ser fiel a Deus para garantir poder monarca.

Haroche (1992) discute a intercambialidade do processo de assujeitamento do sujeito do religioso para o sujeito jurídico. Para a autora, (op. cit.), durante a Idade Média com o enfraquecimento da ordem religiosa, e a ascensão jurídica, produziu-se uma nova forma de assujeitamento, a forma de assujeitamento do sujeito pelo Estado, “uma substituição menos visível, que se detém na ideia de um sujeito livre, e não determinado quanto a sua escolha”. (HAROCHE, 1992, p. 180). Nesse processo, houve a sobredeterminação do discurso jurídico em relação ao discurso religioso, isto é, uma ruptura da posição sujeito religioso em detrimento a posição sujeito jurídico. Fazendo com que pelo poder jurídico constituísse na instituição jurídica, pelo Estado. O que possibilita dizer que o sujeito é desde sempre assujeitado, ora pela instituição religiosa ora pelo poder jurídico. Pode-se dizer que, o muro tem, historicamente, a sua significação que tem a ver com a questão política e ideológica no tempo e no espaço.

Le Goff (1924), traz uma reflexão que tece sobre os muros na idade média. Pontua a sua significância, na divisão *citadina*, segregando a cidade dos hospitais de leprosos, locais destinados aos enterros dos mortos e os subúrbios. Portanto, os espaços nas cidades medievais eram “extremamente fechados, cercados por muros, que a define e aspira

segurança”. (LE GOFF, 1924, p.11). A cidade constituiu-se, desde tempos remotos, como insígnia da violência.

Ao que, cabamos de esboçar observa-se que o muro particulariza, discursivamente, a condição de produção em relação à nação. Em relação ao muro de Berlim, este irrompe, diferentemente, em um cenário político, em que se deu o fim do Regime Totalitário. O Totalitarismo era um sistema de governo em que todos os poderes eram concentrados as mãos do governante. Nessa conjuntura política, pensa-se no modo de assujeitamento da posição sujeito.

Conforme Blackburn (1992), durante o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, ocorre a derrota do sistema Totalitário governado por Adolf Hitler na Alemanha. Fato que levou os países aliados formados pelos Estados Unidos, Grã Bretanha e França e a URSS reunirem-se na Conferência de Postdam para decidirem a divisão da Alemanha. Na Conferência de Postdam foi decidido que a Alemanha seria dividida em quatro zonas territoriais, ocupadas pelos quatro países aliados: Estados Unidos, Grã Bretanha, França e URSS.

O Muro de Berlim, transformou-se em um ícone simbólico do início e do fim da Guerra Fria, de 1º de setembro de 1949 a 9 de novembro de 1989. O muro media cerca de 156 km de extensão, 3,5m de altura, com mais de 2 m de profundidade, com cerca de trezentas torres militares para observação do movimento nos arredores. Era protegido por cães policiais e cercas eletrificadas. (Blackburn,1992). Vejamos a imagem:



Figura (3) Muro de Berlim⁴

A imagem do muro (fig.03) textualiza uma divisão geopolítica ocorrida durante o século XX, pela URSS em todo o espaço da cidade de Berlim. De modo que o muro determina lugares de pertencimento, relações de forças que particulariza o gesto de divisão de territórios. Assim, consta que, com o passar dos tempos, a reunificação dos países aliados tornou-se cada vez mais tensa e opressiva. Em 1961, a construção do muro dividiu a Alemanha em ocidente, liderado pelos países capitalistas (Estados Unidos, Grã Bretanha e França), e oriente, pelo socialismo/Soviético, dando início à Guerra Fria (conflito ideológico e geo político, disputado entre o capitalismo norte- americano e o socialismo soviético). (Blackburn, 1992). Vejamos (fig.04):



Figura (04) A divisão de Berlim⁵

A Figura (04) enuncia a divisão da Alemanha, em ocidente e oriente e da cidade de Berlim. Essa divisão tem uma significação política, uma vez que Berlim, a capital da Alemanha, estava imersa em uma área socialista, como descreve a imagem. Compreende-

⁴ Fonte Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=imagem+do+muro+de+berlim.com> Acesso em: 16/11/2017

⁵ Fonte: https://www.google.com.br/search?dcr=0&tbn=isch&sa=1&ei=w_0NWqfXOseQwgTg- Acesso 16/11/2017

se, que a questão da divisão de Berlim tem a ver com a sua posição territorial, política, ideológica e econômica nessas condições de produção.

Conforme Blackburn (1992), Berlim ocidental encontrava-se em melhores condições políticas, com o regime capitalista, o que favoreceu para que pessoas do oriente se refugassem no ocidente. Esse movimento tem seus implicativos no processo que, de certa forma, impulsiona a construção do muro pelo governo soviético. O muro, enquanto suporte simbólico, tem a sua significância política e ideológica entre as nações pela delimitação de território o que faz emergir distintos questionamentos.

O Muro de Berlim, segundo Blackburn (op. cit), significou um marco, na divisão de políticas, forças de interesses contrários e de distintas posições ideológicas. O monumento se dá a ler sócio-historicamente como o mais dramático da Guerra Fria. Nesse sentido, o Muro de Berlim tem a sua carga semântica, significado em redes de memória discursiva que reverberam a luta política e ideológica entre forças opositivas (socialismo e capitalismo). É pertinente salientar que não adentraremos, neste trabalho, as discussões sobre as posições do socialismo e o capitalismo. Mas compreender que, na tessitura do muro há efeitos de sentido, memória discursiva. De modo que a leitura que se produz do muro de Berlim, enquanto memória discursiva, produz “uma imensa cacofonia, cheia de barulho, de furor, de clamores, de polêmicas e de contravérsia”. (ROBIM, 2016, p.20) da mesma maneira, diz a autora que podemos acrescentar, com “a memória dos ameríndios, dos negros e das mulheres”. Desse modo, dizer sobre o muro enquanto acontecimento discursivo, significa, teoricamente, compreendê-lo como um “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Para Blackburn (1992), de um ponto de vista sociológico, o Muro de Berlim tinha propósitos estritamente definidos como no impedimento da fuga de mão de obra especializada, já que a região ocidental encontrava-se com melhores condições de vida e de emprego. Já os orientais se encontraram despreparados para viver sob a cultura do mercado individualista, competitivo e consumista e, conseqüentemente, milhares de pessoas fugiam para o ocidente, demonstrando a natureza impermeável sobre os muros. O fato de o muro ter o sentido de proibido e da morte daqueles que o transgredia, isso não assegurava-lhe a sua impermeabilidade. O muro se colocava, discursivamente, como o lugar da falha, “ruptura, ao mesmo tempo em que irrompe outras possibilidades de significar o até então proibido”, (DI RENZO 2005, p. 224). Isto é, uma materialidade discursiva que opera a transgressão e a falha.

Em 3 de outubro de 1990, os alemães derrubaram o muro que cindia o país em

dois, dando fim à Guerra Fria e início à queda dos regimes comunistas no Leste Europeu, por meio de acordos. A derrubada do Muro de Berlim significou mudanças, a causa e a consequência do fim do Comunismo e o início da ascensão da Democracia no Leste europeu. Com isso, nossa compreensão discursiva é que a derrubada do muro nos fez pensar as relações de sentidos que se constituíram entre Berlim ocidental e oriental. Conforme consta em diferentes literaturas mesmo com a derrubada do muro o sentido de divisão ainda permeia sentidos sobre a cidade. (Blackburn, 1992).

Blackburn (1992) diz que, após a derrubada do muro de Berlim a parte ocidental encontra-se, economicamente, mais fortalecida em relação à parte oriental. Isto é, Berlim oriental possui menores condições de vida, de emprego e de população em relação a Berlim ocidental. Esse fato decorre do regime capitalista adotado pelo ocidente e do regime comunista adotado pelo oriente, durante a divisão de Berlim. De maneira que o acontecimento discursivo da divisão de Berlim ainda ressoa sobre a atualidade, no que diz respeito às diferenças políticas, econômicas e populacionais entre as partes divididas. Isso nos remete ao texto bíblico em que diz que “um reino dividido, não poderá subsistir”. (MARCOS 3: 24). Esse versículo nos faz pensar, ideologicamente, pelo efeito do discurso religioso nas divisões que se estabelecem entre territórios, e as suas consequências, como a questão do enfraquecimento econômico, político e populacional das partes divididas.

Depreende-se que há diferentes significações, sentidos cristalizados sobre o muro e que tem a ver com a memória discursiva. De forma que, a historicidade que permeia as condições de produção sobre o muro, em uma nação X ou Z têm seus efeitos de sentido. Tudo isso deriva do modo de compreender o discurso, da não transparência da história, das condições de produção do sujeito e do modo de assujeitamento. Assim, dizer sobre o muro, significativamente, “produz uma mexida na rede de filiações e isto acontece em condições de produção específica”. (ORLANDI, 2012 p. 21). Ou seja, há distintos sentidos, movimentos de edificação do “muro” por diferentes formações discursivas, produzindo distintas posições sujeito e diferentes efeitos de sentido sobre o que denominamos de muro. Nas palavras de Pêcheux (1990, p. 160) “o sentido de uma palavra, não existe em si mesma, com sua relação com a literalidade”, por isso dizer que o sentido de muro é atravessado por distintas formações discursivas.

Nesse sentido, Orlandi (1999, p.44) afirma que “as palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes”. Ou seja, “o sujeito se constitui por uma interpelação- que se dá ideologicamente pela sua

inscrição em uma formação discursiva”. (Idem, p.45).

O sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (ORLANDI, 1999, p.42).

O recorte teórico permite que se observe entre uma palavra e outra, o seu sentido. Entre um tempo e outro são efetivamente as posições ideológicas e antagônicas que jogam em relação a significação. Dentro dessa linhagem, as posições ideológicas, há memória discursiva que atravessa e significa o termo muro em relação a territorialidade.

De modo que, o muro ao mesmo tempo que divide o espaço significa-o em relação ao sujeito, com seu modo específico de discurso, língua, cultura e organização social. O muro delimita relações sociais, traçando linhas fronteiriças entre o espaço e o sujeito. Produz o efeito de pertencimento. Discursivamente, divide o espaço em suas posições antagônicas leis, religiões, culturas, línguas e poder vigente. O antagonismo circunscreve um confronto de posições e poderes distintos, de modo que as relações antagônicas se dão entre pertencer e não pertencer a determinado espaço. Isto individua o sujeito em seus sentidos permitidos e não permitidos. A individuação remete necessariamente,

[...] ao fato de que se trata de um sujeito individuado, ou seja, a forma sujeito histórica, no nosso caso capitalista, passando pelo processo de articulação simbólica-política do Estado, pelas instituições e discursos, resultando em um indivíduo que, pelo processo de identificação face às formações discursivas, identifica-se em uma (ou mais) posição-sujeito na sociedade. (ORLANDI, 2011, p. 22).

Depreende-se que o sujeito tem uma forma distintiva de se dizer, de se colocar de produzir sentidos, modo de identificação que tem a ver com o processo de individualização. O espaço ao ser dividido, pelo muro, emerge o efeito do pertencimento e do proibido. Portanto, o sujeito tem uma forma distintiva de se dizer, de se colocar, de produzir sentidos, dada a sua forma-sujeito histórica.

Podemos dizer que construir muros impõe uma relação de sentidos e faz significar a exterioridade, o protecionismo à violência. Há um antagonismo que circunscreve um confronto de posições distintas em relação ao muro. De modo que as relações antagônicas se dão entre “pertencer” e “não-pertencer” a determinado território. Esse modo de divisão do espaço individua o sujeito em seus sentidos permitidos e não permitidos em relação ao território. Podemos dizer que, no contemporâneo, o muro é da ordem de um enunciável, que ressoa, sentidos em relação ao cerceamento interno da cidade, da casa em

relação a rua, ao outro. Individua o sujeito pelo sentido de proteção e segurança.

Do ponto de vista discursivo, os muros são constituídos por relações de força, relações antagônicas; “as relações de força representam o poder de coerção de que se reveste o lugar do sujeito, e esse lugar de poder é a posição ocupada pelo sujeito na relação com o outro”, (LAGAZZI, 1988, p.96), de maneira que em cada espaço de divisão do muro se constitui em lugar distinto que se significa por um imaginário de proteção e de poder.

Conforme Rolnik (2004) não há mais muralhas circundando as cidades, ao passo que “não estamos mais diante de uma cidade, mas dentro dela sem nos dar conta”. (ROLNIK, 2004, p 34). Ao contrário da cidade antiga, fechada e vigiada para defender de inimigos estrangeiros, na cidade contemporânea, os muros dividem o espaço internamente. Pode-se dizer que o muro tomou corporiedade no espaço da cidade, recorta-a, discursivamente, em seus espaços públicos e privados, em uma relação significativa entre casa e rua, entre o público e o privado.

1.2 Cidade de muro em confrontos públicos e privados

O espaço da cidade, discursivamente, é compreendido como “o enquadramento de todos os fenômenos. Nele increve-se assim a relação entre o público e o privado”. (ORLANDI, 2012, p. 203). A maneira naturalizada de se pensar esse enquadramento no espaço da cidade se dá pela relação entre a casa e a rua. Essa forma de compartimentação do espaço ocorre a medida que o par público e privado sofre o processo de (re)significação, já que o sujeito busca valorizar mais a vida privada do que a pública. O muro nesse caso, emerge como o divisor entre lugares e posições sujeito. Entendemos, nesse processo, que o corpo da cidade não está apartado do corpo do sujeito, ao se dividir o espaço, divide, ideologicamente, o sujeito na cidade.

De acordo com Sennet (1989), na cidade com a ascensão do capitalismo industrial, em meados do século XX, nos espaços públicos, gradualmente, surgem outra forma de controle e ordenança; as pessoas começam a enfatizar mais a vida privada e a se protegerem da vida pública. Nesse espaço, o significado de público e privado “sofre mudanças de ordem econômica, moral, social e, sobretudo familiar, mantendo a oposição entre a exposição aberta a todos e a individualidade protegida da exposição”. (ZATTAR, 2008, p. 3).

Nesse período, a vida pública torna-se inferior em relação à privada. Os domínios

públicos e privados passaram por um processo de (re)significação. A princípio, o espaço público incluía uma diversidade relativamente grande de pessoas, mas com o passar dos tempos, os grupos sociais na região pública entravam em contato inelutavelmente. O espaço público, antes tido como o lugar de passagem, de “uso comum”, lugar de passeio, em que se convivia com as diversidades sociais, passou a se confrontar com o espaço privado, em uma relação entre casa e rua. (SENNET, 1988).

Conforme Machado (1982), o espaço privado estava no centro das preocupações, o indivíduo buscou o conforto do espaço privado em oposição ao espaço público. Há a projeção imaginária de um sujeito centrado em si mesmo, introspectivo e centrado em seu modo de privação. A esse respeito Haroche (1988, p. 288) diz que “quanto mais reservado se mostra o sujeito, esforçando a se proteger e dissimular-se, mais inexpressível se mostra”. Podemos dizer que esse processo de privação do sujeito moderno, está intimamente relacionado com “a concepção de cidade à medida que divide a vida pública e privada”. (MACHADO, 1982, p.33).

A relação do sujeito moderno com o espaço é determinante para o modo como o sujeito se coloca e se vê no espaço/mundo. O sujeito constrói uma nova concepção de público e privado, sobretudo “uma preocupação com a intimidade do sujeito que se constitui no jogo de se revelar e de se preservar do olhar alheio”. (MACHADO, 1982, p. 28).

Segundo Libanio (2002), as exigências da intimidade no social, remodelou o espaço arquitetônico da cidade, separando a casa e a rua. Emerge, assim, as construções dos muros no espaço urbano. Para o autor (op. cit.), “a arquitetura das casas iniciaram um processo de divisão seja murando as casas, mundo privado, em relação as ruas, mundo público”. (Idem, p. 35). O sujeito reafirma a necessidade e a preocupação com a privacidade. Esse sentimento de privacidade (re)modelou o espaço urbano, separando de forma nítida a casa e a rua, os espaços destinados ao público e ao privado. (LIBANIO, 2002). Pode-se dizer que os muros que, antes, tinham a função de cercar e proteger as cidades tem outro modo de significação. Isto é passaram sedimentar o corpo, dividindo o espaço entre a casa e a rua.

Nesse processo de divisão da cidade, pelo muro, a casa se constitui como o local do domínio privado do núcleo familiar e da intimidade, e a rua como o espaço público. Assim, “a vida social se retira da rua para se organizar no âmbito da casa”. (ROLNLIK, 1995, p.48). O espaço da cidade torna-se algo primordial. Em decorrência do processo de separação do espaço entre casa e rua, emergem outros movimentos de segregação, como

a de “novos bairros exclusivamente residenciais e homogêneos, do ponto de vista social”. (Idem, p. 47).

O muro no espaço urbano tornou-se o divisor das significações entre a casa e a rua. A casa e a rua passaram a ser dois pólos distintos, a rua significa-se como sendo “terra-sem ninguém, perigosa, que mistura classes, sexo, idade, funções, posições hierarquia; a casa é o território íntimo e exclusivo”. (RONILK, 1995, p. 50). Já a casa é como zona íntima, local de proteção da tensa diversidade da cidade. Desse modo, a segregação do espaço ganha um ponto de vista, um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano.

De forma que o processo de divisão da cidade, pelos muros, é projetado de forma imaginária no interior do espaço da casa, seja, “dividindo os cômodos no seu interior segundo o grau de intimidades”. (LIBANIO, 2002, p. 35). O isolamento do membro familiar no interior da casa passa a ser considerado como algo, ideologicamente, positivo. Ou seja, o cenário da casa constitui-se como estreitas relações familiares.

Segundo Ronilk (1995), a casa torna-se espaço divisível, os cômodos passam a possuir funções delimitativas, como salas e quartos para diversas ocasiões. Dentre os cômodos surge um novo espaço para a sociabilização, como a sala de visita, “lugar em que se abre para receber um público previamente selecionado”. (Idem, 1995, p. 48). A sala torna-se o espaço destinado à recepção e festas, espaço em que as pessoas privadas reúnem-se no público. As crianças, que antes, viviam no mundo familiar, ajudando os pais nos afazeres da casa e do trabalho, passam a ser separadas, no processo escolar, por grupos seriados em idades. As cidades constituíram-se historicamente nesse limiar entre o público e o privado, entre “a dicotomia casa x rua”. (BARBAI, 2016, p. 296). Nesse processo de compartimentação do espaço da casa Ronilk (1995) diz,

Dentro há uma espécie de zoneamento dos cômodos segundo a função e ocupantes precisos- sala disso, sala daquilo, quarto disso quarto daquilo. Dentre os cômodos da casa uma nova região é demarcada: a sala de visita, lugar que se abre para receber um público, previamente selecionado. A vida social burguesa se retira da rua para se organizar à parte, em meio homogêneo de família igual a ela. (p. 49).

No interior das casas depreendem-se diferentes sentidos de acordo com o espaço significativo dos lugares distintos de compartimentar o espaço da casa. Isto é, a sala, quartos e cozinhas constituem-se sobre o limiar entre o público e o privado, “culminando no banheiro, a instância máxima da privacidade”. (BARBAI, 2016, p.296).

Conforme Libanio (2002), essa consciência da privacidade do sujeito no espaço

urbano provocou o juízo de espanto do historiador Padre Fernão Cardim diante da maneira como os índios moravam, transcrito no poema “Ocas dos índios”. A formulação de Libanio (op.cit.) sobre o historiador demonstra o modo como o Padre Fernão se inscreve, a sua posição, a admiração diante do tamanho da casa, da escassez de entradas, do número de pessoas que vivem num quarto em que não há divisões internas, com a consequente visibilidade total de todos em seus costumes e intimidades.

Moravam os índios, antes de sua conversão, em Aldeias, em umas ocas ou casas mui compridas, de duzentos, trezentos ou quatrocentos palmos, e cinquenta em largo, pouco mais ou menos, fundadas sobre grandes esteios de madeira com as janelas de palha ou de taipa de mão, coberta de pindoba, que é certo gênero de palma que veda bem a água e dura três ou quatro anos. Cada casa desta tem dois ou três buracos sem portas nem fecho. Dentro dela vivem logo cento ou duzentas pessoas, cada casal em seu rancho, sem repartimento nenhum, moram duma parte e doutra, ficando grande largura no meio e todos ficam como em comunidade, e entrando na casa se vê quanto nela está, porque estão todos à vista uns dos outros sem repartimento nem divisão. E como a gente é muita costumam ter fogo de dia e de noite, verão e inverno, porque o fogo é a sua roupa e eles são mui coitado sem fogo. Parece a casa um inferno ou labirinto, uns cantam outros choram, outros comem, outros fazem farinhas e vinhos etc. e toda casa arde em fogos; porém, é tanta a conformidade entre eles, que em todo o ano não há uma peleja, e, como não terem nada fechado, não há furtos; se fora outra qualquer nação, não poderiam viver da maneira que vivem, sem muitos queixumes, desgostos, e ainda mortes, o que se não acha entre eles. Estes costumes das casas guardam também agora depois de cristãos⁶.

O Padre Fernão Cardim, na posição de historiador faz no/pelo poema uma descrição da vivência dos índios. O modo de viver em grande quantidade em ocas, sem nenhuma divisão. O que possibilita pensar na distinção entre as ocas e as casas na modernidade, as paredes, o muro. Diferentemente das ocas, na cidade, à medida que a modernidade avança, as habitações vão se construindo sob o signo da privacidade, da defesa à intimidade. Para fora desse espaço de interioridade está o mundo público, a cidade se constituindo entre “a oposição dentro/fora, interior/exterior”. (LIBANIO, 2002, 35). Discursivamente, diremos que pelo discurso do poema há a projeção imaginária dos índios, culturas, antes e após a conversão ao cristianismo.

Barbai (2016), em seu artigo A escrita de verbetes para a ENDICI: privado e privacidade, analisa a produção de sentido da palavra “privado” e “privacidade” para a ENCIDI (Enciclopédia Discursiva da Cidade). Para o autor (op. cit.), a palavra

⁶ F. Cardim, tratados da terra e gente do Brasil, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1939, p. 271, apud L. F. Baêta Neves, O combate de Cristo na terra dos papagaios. Colonialismo e repressão cultural, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978, pp. 124s.

“privacidade” tem o sinônimo de vida privada, particular e íntima. Como também, posse e propriedade, isto é, a palavra privacidade imbrica, em seu funcionamento próprio a palavra privado, fronteira que se constitui pelo sentido de público e de privado. Para isso, é pertinente questionar, o modo como os espaços público e privado são significados, na cidade contemporânea.

1.3 A cidade e os sentidos de público e privado

Os espaços públicos e o privado são termos complexos à medida que são conceituados por diversos pontos de vista. Hoje, há diversos estudos sobre os espaços público e privado, seja na área urbanista, sociológica entre outras, o que demonstra que as questões sobre o espaço público e privado têm sido motivo de preocupação. Contudo, há pouco consenso em relação à significação do espaço público e do privado.

Ressaltamos que a nossa questão sobre o espaço público e privado perpassa pela interpretação. E é pela “interpretação que se tem acesso à ideologia”, (PÊCHEUX, 1995, p.34), ao sentido em relação ao sujeito no modo de significar o público e o privado. Desse modo, a nossa relação com o espaço público e privado permeia, pelo discurso, compreender a partir da Análise de Discurso o modo como os espaços públicos e privados são significados, configurados no tecido da cidade.

Para Teixeira (2009), as palavras “públicos” e “privados” remontam ao Brasil colonial. No século XVI e XVII, vilas e cidades, as capelas e as praças abertas nos aldeamentos eram elementos iniciais, em que se abrigavam manifestações religiosas. Esse tipo de apropriação demonstra a sacralização do espaço público. Portanto, os espaços públicos nessas condições de produção eram apropriados para eventos estritamente religiosos, enquanto o privado para as intimidades sociais.

Em o “*Declínio do homem público*” Richard Sennet (1989) analisa o contexto sócio-histórico-político das palavras *público e privado*, apontando que, por volta do séculos XVII/XVIII na França e na Inglaterra, emerge a distinção dos verbetes “público” e “privado”. A palavra “público”, por volta de 1470 era compreendida como “bem comum ou o corpo público”. Após, setenta anos, a palavra adquiriu o sentido daquilo “que é manifesto e está aberto à observação geral”. (SENNETT, 1989, p.33). Enquanto a expressão “privado” era tida “como região protegida da vida definida pela família e pelos amigos”. (SENNETT, idem). Daí a expressão comum “sair em público”. Nessas condições de produção, a oposição público e privado é marcada “entre a exposição do

indivíduo, no espaço que é de todos e a proteção da individualidade no espaço fechado, na privacidade do lar”. (ZATTAR, 2008, p3). O sujeito estabelece no social lugares distintos de significar o espaço, de dividir sentidos entre o público e o privado.

No dicionário Houaiss (2001), a palavra público significa aquilo que diz respeito a todos, que é aberto e acessível a todos. Público se refere ainda, a tornar público, para publicar do latim *Publicare*. Depreende-se que a significação do espaço público pelo dicionário pressupõe uma ampliação do espaço comum e, assim, uma atribuição de valor normativo, “aquilo que é acessível a todos”. E o “privado”, do latim *Privatu*, como não público; particular, propriedade de uso exclusivo ou particular.

A distinção entre as palavras dicionarizadas, público e privado constituíram-se sobre a oposição entre aquilo que é de todos em relação aquilo que é de uso particular. Ainda, no dicionário Houaiss (2001) a palavra privado “traz a ideia de abundância, o que aponta o esvaziamento de sentido dos espaços compartilhados: cada vez mais escassos cada vez mais escassos precário”. (BARBAI, 2016, p. 296).

No dicionário mais antigo do século XVIII ao XX a palavra privado assumia um sentido bastante distinto como “a de um conselheiro de um príncipe, o protegido de um soberano. Corresponhia a um emprego e a uma posição social na sociedade monarca”. (Idem, p. 296). Podemos dizer que o sentido da palavra privado sofreu historicamente distintas significações no dicionário. O que faz pensar no modo como as palavras público e privado são significadas de forma transparente, negando-se o atravessamento ideológico. Assim, é necessário, que consideremos nas palavras a exterioridade, o sentido que as constitui em diferentes formações discursivas.

Conforme Nunes (2006) o significado das palavras no dicionário é legitimado por um lexicógrafo, sustentado na ilusão do termo-a-termo, no jogo entre significado e significante. O lexicógrafo está na posição de dizer que X significa Y e não Z, de maneira que as palavras no dicionário não deslizem em seus sentidos. Daí decorre que o analista de discurso, diferentemente do lexicógrafo, tem a função de questionar essa literalidade dos sentidos, essa neutralidade das definições do dicionário. Pêcheux (1990, p. 160) diz que “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma preposição, etc., não existe em si mesma, com sua relação com a literalidade”, o que faz pensar no modo como as palavras público e privado são significadas de forma transparente, negando-se o atravessamento ideológico. Portanto é necessário, que consideremos nas palavras a sua exterioridade as distintas formações discursivas.

Desse modo, analisar o significado das palavras “público” e “privado”, permite

compreender que seus sentidos não advêm de uma relação intrínseca entre significante e significado estabelecido pelo sistema linguístico, mas de distintas posições ideológicas que se inscrevem na língua e produzem sentidos. A seguir, veremos como a posição sociológica define a palavra “público” e “privado”, e em contrapartida, como as palavras “público” e “privado” são significadas discursivamente.

Leite (2004) defende que os espaços públicos seriam apenas uma das expressões do “espaço comum”. Ferreira (2004, p. 65) define o espaço público como sinônimo de logradouro e espaço comum, “como qualquer área urbanizada inalienável, sem edificação e destinada ao uso comum ou especial dos munícipes como praças, parques, ruas, jardins, lagos etc.” (Idem, p. 219). Na definição apresentada por Ferrari (op. cit.), o sentido de “público” tem um funcionamento delimitativo, inalienável, de modo que não pode ser vendido. Deixa de lado a abordagem generalizada, quando se fala em espaço público, relacionado principalmente à apropriação e significações desses espaços como praças, parques, ruas, jardins, lagos.

Lama (2004) diferencia os espaços públicos como praça e ruas e largos. Para o autor, a praça seria o “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e consequentemente de função estruturante”. (Idem, p.12).

Pelas posições sociológicas, os espaços públicos e privados, foram significados como espaço comum ou coletivo. Em algumas definições trazem características desses espaços, contudo, não devemos limitar-nos, pois, nem todos os espaços comum ou coletivo é um espaço público e o privado é de domínio particular. Nesse caso, os sentidos de públicos e privados são significados como espaços heterogêneos. Por outro lado, espaço de “uso comum”, por outro de “uso restrito” ou seletivo.

Do ponto de vista discursivo, diferentemente, os sentidos de “público” e de “privado” são preenchidos pelo urbano, de tal modo que “não há espaço vazio, que não esteja fora da normatização jurídica”, (ORLANDI, 2001, p.14), do urbano em questão. Tendo em vista, neste processo, que as regulamentações jurídicas organizam o espaço da cidade, compondo a projeção imaginária de público e de privado. Entende-se a projeção imaginária como a forma em que os espaços públicos e privados são imaginariamente significados pelo urbano, pelo jurídico. Diante disso, pode-se dizer que a cidade é um espaço politicamente demarcado e organizado, “o espaço público e privado da cidade são impedidos de significarem em seus “não-sentidos, os que estariam por vir, as novas formas de relações sociais, em nossos termos, novas relações de sentidos”. (ORLANDI,

2001, p.14).

Segundo Orlandi (2001), é pertinente salientar que existem duas formações discursivas que permeiam o dizer da (na) cidade, aquela em que ficamos no nível da organização, do urbanístico e do administrativo, veiculado pelo jurídico e, em contrapartida, aquela em que se faz pensar a ordem, mediante o simbólico em relação ao político. Nesse percurso, atentaremos em compreender a organização (planejamento empírico) da cidade, mecanismo simbólico, tende a organizar os espaços de público e privado. A lei funciona como uma tentativa de controlar a ordem (pelo simbólico) do espaço urbano.

Nesse sentido, Motta (2013), pontua que analisar a cidade, enquanto espaço simbólico nos faz pensar pela organização (o planejamento), e o modo como às regulamentações jurídicas legitimam, projetam, e estabelecem no espaço da cidade os sentidos permitidos e não permitidos, o público e o privado. Nos artigos da Lei 10.406, de 10.01.2006, do Novo Código Civil, vejamos os termos “público” e o “privado”.

Art. 98 Bens do domínio nacional pertencente às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertence.

Art. 99 São bens públicos

I- Os de **uso comum do povo**, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II- Os de **uso espacial**, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração Federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive o de suas autarquias

III- Os **dominicais** que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público a que tenha dado estrutura de direito privado.

Parágrafo único: Não dispondo a lei em contrário, consideram dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que tenha dado de estrutura privado.

Art. 100 Os bens públicos de **uso comum do povo** e os de uso especial **são inalienáveis**, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Art. 101 Os bens **públicos dominicais podem ser alienados**, observadas a existência da lei.

Art. 102 Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião

Art. 103 o uso comum dos bens públicos **pode ser gratuito ou retribuído**, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem. (Grifo nosso).

O Novo Código Civil nos faz pensar, pelas análises, que a territorialização dos espaços públicos e privados da cidade têm seus sentidos estabelecidos pela regularização jurídica, isto é, “a lei administra, pelo simbólico, as relações sociais, os sentidos permitidos e proibidos”. (MOTTA, 2011, p.11). Assim, observar o discurso do Novo

Código Civil nos faz compreender, pela materialidade discursiva, que o sentido de público e privado “não estão assim predeterminados por propriedades da língua. Dependem das relações constituídas nas/pelas formações discursivas”. (ORLANDI, 1999, p.44).

No Art. 98, a significação do que seja espaço público é atravessado por uma formação discursiva em que se diz sobre o privado, isto é, o sentido de público desdobra-se em sentidos privado, como mostra o enunciado “todos os outros são privados”, em outras palavras, o sentido de privado advém da denegação do sentido de público. Isto nos possibilita dizer que a palavra “privado”, traz “a ideia daquilo que não se tem acesso, daquilo que falta, daquilo de que se é desprovido, despojado ou destituído, antagônicas posições no seio das disputas sociais”. (BARBAI, 2016, p. 296).

No Art. 98, nos diz que há duas posições ideológicas que entrecruzam os bens territoriais, as de “bens públicos” e as de “bens privados/particular”. Na formulação, o público é significado como de domínio do “uso comum” ao povo, restringido em rios, estradas ruas e praças, e os de uso espaciais, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive o de suas autarquias. Isto é, as pessoas jurídicas de direito interno, como é o caso das escolas municipais ou estaduais, dos prédios federais, e os “bens privados” são significados como tudo aquilo que não pertence à União, ao Município.

No Art. 99, os bens públicos são subdivididos em três posições ideológicas as dos “Bens de uso comum do povo”, dos “Bens de uso espacial” e dos “Bens Dominicais”. Os “Bens comuns do povo” são significados pelos rios, mares, estradas, ruas e praças, significados como aqueles bens normatizados pela União, o Governo Federal, e que podem ser utilizados pela população, de forma gratuita ou oneraria. Os “Bens de uso espacial” compreendem “os edifícios, terrenos destinados a serviços ou estabelecimentos da administração estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias”, como exemplo dos hospitais, bibliotecas públicas, isto é, são significados como bens que têm a destinação e a utilização próprias pelas administrações públicas. E os “Bens dominicais” são significados como “patrimônio das pessoas jurídicas de direito público a que tenha dado estrutura de direito privado”, como é o caso dos bens que não abrangem nem o sentido de “uso comum do povo” nem “uso espacial”, são exemplo os terrenos baldios que não está pertencente ao povo, e também não têm uma destinação pública, isto é, pertencem à União, Município e Estado. Ainda nesse inciso III, os bens dominicais são significados pela formulação, como aqueles bens que podem pertencer as pessoas

jurídicas de direito público que se tenham dado estrutura de direito privado, como os bens de uma empresa pública, por exemplo os Correios.

Na formulação do Art. 100 os bens públicos são significados como inalienáveis, e os bens públicos dominicais são inalienáveis, de maneira que, quando houver necessidade de venda de bens dominicais pela União, Estado, Município, é necessário a desafetação desse bem, para que se possa ser alienado. No Art. 102, “os bens públicos não estão sujeitos a usucapião”, isto significa dizer que quando uma pessoa ocupa um bem público como um terreno baldio, a pessoa não poderá receber o terreno por usucapião.

De acordo com o Art. 103, “o uso comum dos bens públicos poderá ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem”. Assim, os bens públicos podem ser tanto gratuitos ou onerosos. Isto possibilita dizer que não é pelo fato que um bem comum do povo seja cobrado, que descategoriza seu caráter de público, como exemplo dos pedágios nas rodovias, que mesmo sendo cobrados, continuam sendo um bem comum do povo.

Nos excertos do Novo Código Civil depreende-se que o espaço de domínio público é pertencente ao Estado, ao modo de assujeitamento ao Estado e, em contrapartida, o privado o que particulariza, individua o sujeito. Há um conjunto de regras instituídas pelo discurso jurídico, que individualiza o sujeito em seus direitos e deveres para com o Estado. Desse modo, “é o Estado que define o que é permitido e não permitido”. (BARBAI, 2016, p. 293).

Desse modo, pode-se dizer que os sentidos de “públicos” e “privado” no espaço urbano são atravessados pela posição sujeito jurídico. De modo que é o jurídico que “regula a cidade dentro de uma estrutura simbólica que significa a organização da política nacional”. (MOTTA, 2011, p. 13). Nesse sentido, a significação de público e privado ultrapassa as fronteiras sócio-políticas das cidades, pela regulamentação jurídica, significa em âmbito nacional. Vale dizer que a “legislação urbana, mais do que definir formas de apropriação do espaço permitido ou não, mais do que efetivamente regular a produção da cidade, age como um marco delimitador de fronteiras”. (RONILK, 1988, p.13). A fronteira, aparentemente, ausente que “instala o heterogêneo o contraditório” (PÊCHEUX, 2017, p.164) no espaço da cidade.

Assim, o discurso jurídico organiza, classifica, divide e significa o espaço público e privado. Em suma, a lei “funciona como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final”. (RONILK, 1988, p.13). Conforme

Silva (1999),

O espaço da cidade é o espaço da palavra escrita, que se produzem e se reproduzem textos e **discursos que a definem, a delimitam e a significam**, configurando instituições e práticas, **dando uma fisionomia própria às relações religiosas, econômicas e políticas entre os homens. E a historicidade desse processo se encontra inscrita no funcionamento do discurso (do) urbano.** (p.26). (Grifo nosso).

Desse modo, pode-se dizer que a organização do espaço da cidade se funda no/pelo discurso jurídico. O discurso institucionalizado, por sua vez, “é um elemento constitutivo e definidor da cidade”. (SILVA, 1999, p.23). Do ponto de vista da Análise de discurso, compreende-se o discurso como o lugar da representatividade da língua, do atravessamento das formações discursivas. Uma das maneiras de organizar os espaços públicos e privados.

Na medida em que desvelamos, o processo de divisão na cidade compreende-se pelo discurso o sujeito do jurídico. Assim, conduzimos ao próximo capítulo em que discutimos como o sujeito de direito e deveres pelo Estado é juridicamente amparado pelo direito à inviolabilidade. O muro, como pode ser observado, no percurso deste capítulo, tem a sua significância que vem de tempos imemoriais. De modo que, o muro, enquanto parte da cidade, é atravessado, no contemporâneo, por uma memória jurídica que interpela o indivíduo em sujeito transgressor ou transgredido. Assim, para o segundo capítulo, tomaremos recortes de jornal, imagem de muro e seus ofendículos, como material de reflexões e análises.

CAPÍTULO II

O MURO E SEUS OFENDÍCULOS: O DISCURSO DA INVIOLABILIDADE

*Nas grandes cidades de um
país tão irreal
Os muros e as grades
Nos protegem de nosso próprio mal
Levamos uma vida que não nos leva a nada
Levamos muito tempo pra descobrir
Que não é por aí, não é por nada não
Não, não, não pode ser, é claro que não é
Será?*

*Meninos de rua, delírios de ruína
Violência nua e crua, verdade clandestina
Delírios de ruína, delitos e delícias
A violência travestida, faz seu trottoir
Em armas de brinquedo, medo de brincar
Em anúncios luminosos, lâminas de barbear!*

(Música Engenheiros do hawaii)

2.1 Cidade de muros: o pré-construído da segurança

Os muros, no espaço da cidade, têm tomado corporeidade, como um modo de interdição, de proteção em diversos tipos de espaços como: casas, prédios, parques, praças, áreas de comércios, escolas entre outros. De modo que, neste capítulo, a nossa questão incide em tomá-lo por um gestos de interpretação ⁷ e pensar a organização do espaço urbano, pelo discurso, em relação ao sujeito. Discutiremos, nessa confluência, o muro e seus ofendículos, pela diversidade de tecnologia de segurança, espaços privados, fechados e monitorados para lazer e trabalho. Estes tornam-se, no contemporâneo, o principal instrumento do novo padrão de divisão, de pertencimento e por vezes de segregação. Portanto, o muro na cidade torna-se objeto de interpretação. Interpretar para o analista de discurso é, conforme Orlandi (2012b, p. 64)

expor a opacidade, é compreender, ou seja, explicitar o modo como o objeto simbólico produz sentido. O que significa dizer, que frente a qualquer objeto simbólico, o sujeito se encontra na necessidade de “dar” sentidos, a construir “sítios de significação” e tornar possível “gestos de interpretação”.

Desse modo, para a Análise de Discurso não há uma verdade escondida, o que há

⁷ Ver Orlandi (2001)

são gestos de interpretação que direcionam para a compreensão dos sentidos. O que depreende dizer que a interpretação é constitutiva do discurso, em que se consideram o sujeito e a historicidade em sua relação com o simbólico e o político. A cidade se constitui por fronteiras discursivas, que dividem o espaço e as relações sociais, é comum observar o muro no percurso de casa e rua. De modo que os muros têm sido uma das imagens mais comuns para descrever a divisão entre o público e o privado e, conseqüentemente, o sentimento de proteção em face a insegurança que permeia o sujeito *citadino*. Essa demarcação pelo muro impõe regras de inclusão e exclusão do sujeito, marcando assim um novo estilo de vida na cidade.

A questão seria, então, questionar: em que medida o muro impõe para o sujeito efeitos de segurança, no cenário da cidade? A questão nos impulsiona a compreender a forma como esse objeto simbólico e analítico é materialmente atravessado pelo discurso da segurança, do pertencimento e o modo de divisão do público e do privado que entrecruza o corpo da cidade e do sujeito. Conforme Maluf-Souza (2015, p. 6), a cidade é um espaço de constituição do sentido é marcado por embates, por um emaranhado de significações que faz funcionar os sentidos e os sujeitos na ordem do urbano.

A cidade se institui [...] como o espaço complexo de fronteiras que (des)marcam, de um lado, as potências das novas configurações urbanas e, de outro, a fragilidade que esse contexto produz. Ou seja, são sentidos ambivalentes que produzem, como efeito, a contínua necessidade de pertencer ao espaço e a sensação de que este pertencimento está constantemente ameaçado.

Nessa direção, a partir do que diz Maluf-Souza (op.cit.), podemos entender a cidade como um espaço constituído de fronteiras, como é o caso do muro, objeto simbólico que territorializa e limita o espaço, colocando-se como da ordem do público e do privado, com isso faz-se funcionar o modo de pertencimento o atravessamento político, por sua condição simbólica. Na cidade o discurso do pertencimento territorial se coloca como, constantemente, instável e ameaçado por outros, por isso é necessário que reforce-o com muros, cercas entre outros. Os muros tratam-se de um instrumento simbólico que delimita o espaço, materialidade do cenário urbano cuja segmentação, é configurada pelo efeito da divisão dos sentidos permitidos e não-permitidos, produzido pelo jurídico.

É necessário afirmar que, historicamente, os muros evocam uma memória de tempos remotos no sentido de proteger, pertencer, propiciar a segurança à cidade, ao território, que por vezes, no cotidiano, são tomados, lidos com efeitos de evidências,

transparentes e naturalizados. Esse modo de compreendê-los se dá pelo efeito da leitura literal, elementar da ideologia, pois é a ideologia que mascara o que é produzido pela história. A história, para o analista de discurso, não é concebida sem significação, de modo que “não há fato ou evento histórico que não faça sentido que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências”. (HENRY, 2010, p.47). É nessa direção que tomamos, como leitura e interpretação, o muro como discurso, o muro parte do arquitetônico, mas que divide as instâncias de pertencimento.

Na cidade, os muros, enquanto discurso, funcionam com o pré-construído da segurança. Entendemos o pré-construído como Henry (1975) “objeto construído e observável, ligado à presença no intradiscurso, de uma sequência discursiva com uma formulação saturada”. Nessa relação, o pré-construído é compreendido como um elemento constitutivo do interdiscurso, de modo imbricados. Para que se possa compreender melhor, encontramos em Courtine (1999, p.18-19) a definição de interdiscurso como

[...] espaço interdiscursivo [...] constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciator na formação dos enunciados ‘preconstruído’, de que sua enunciação apropria-se. [...] nesse interdiscurso, o sujeito não tem nenhum lugar que não seja assinalável, que ressoa no domínio de memória de somente uma voz sem nome.

Depreende-se que todo discurso se dá a partir do encontro entre dois eixos nomeados por Courtine, o interdiscurso e o intradiscurso, isto é, o da memória (interdiscurso) e o da atualidade (intradiscurso), por isso dizer que a memória se constitui no interdiscurso. É nessa relação entre o já dito e o que está sendo dito que os sentidos se constituem. Para o autor, o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas (já ditos) que determinam o que dizemos. Logo, para se analisar um discurso, devemos considerar os já ditos e assinalar aquilo que não foi dito (sentidos implícitos) que surge no que está sendo dito. A relação entre o já dito e o que está sendo dito é a que existe entre interdiscurso e intradiscurso.

Desse modo, o pré-construído representa como elemento da exterioridade, isto é, “algo que fala antes, alhures e independentemente do sujeito que enuncia e com efeito de evidência” (PÊCHEUX, 2016, 34). O pré- construído é regulado pelo repetível e pela paráfrase. Desse modo, podemos observar e questionar que a necessidade de se cercar a cidade pelo muro se sustenta por um pré-construído. Não é aleatório. Entendemos, aqui, o pré-construído como Henry (1975) “objeto construído e observável, ligado à presença no intradiscurso, de uma sequência discursiva com uma formulação saturada”. Nessa

relação, o muro é representado como um elemento atravessado por um interdiscurso.

Na cidade o muro perpassa-se como evidente e naturalizado. É a ideologia que naturaliza o que é produzido na relação do simbólico com o político. É a ideologia que apaga o que é produzido pela história, (ORLANDI, 2010), de forma que, ao conhecermos as diferentes situações, condições de produção, entendemos que a territorialização do muro tem seus limites visíveis pelas demarcações com o objeto simbólico. Podemos, então, pensar que o “muro” tem, pela representatividade de sua estrutura, a sua significação, seu modo de produzir a segregação, a divisão de pertencimento. O trabalho do analista de discurso incide em atravessar o efeito dessa literalidade e questionar as evidências. Daí, dizermos que não se pode deixar de pensar o muro, enquanto discurso, compreendendo nesse movimento de interpretação a exterioridade, a memória discursiva.

O muro produz o sentido de isolamento, distanciamento e do pertencimento. Produz “nos habitantes uma falsa sensação de segurança. Enganosa, pois nenhum muro é indepassável a as pessoas não prescindem da vida social”. (ORLANDI, 2004, 91). Nesse percurso, o indivíduo se constitui enquanto sujeito alicerçado pelo pré-construído de que é necessário obstruir o espaço, dividir-lo, para se colocar identificar enquanto sujeito inscrito na cidade. Isso se dá através de processos de assujeitamento, enquanto modos que disponibilizam formas de identificação para o indivíduo, interpelando-o e, por consequência, constituindo-o como forma-sujeito. É a partir dos processos de assujeitamento que o sujeito constitui-se, estabelece relações de pertencimento, ou, dito de outro modo, constitui seus processos de identificação.

Um bom exemplo de fechamento no espaço da cidade são os condomínios fechados, espaços fisicamente demarcados e isolados por muros e grades, e extremamente voltado para seu interior. Os condomínios fechados “garantem o universo autocontidos, de modo que seus moradores dispõem de tudo o que precisam, oferecem um amplo leque de serviços como supermercados, academias, restaurantes, farmácia, evita-se o contato com a vida pública.” (CALDEIRA, 2000, p. 268). Sobre os condomínios fechados, Rocha (2008, p. 55) diz

Os fechamentos dos espaços urbanos em “condomínio” desarticulam o tecido urbano e a malha viária, pois a existência de ruas fechadas sem saída criam barreiras que desconectam os espaços, formando “ilhas” e interrompendo a permeabilidade e fluidez intra urbano, seja no deslocamento de veículo ou pessoas.

Desse modo, viver em espaços separados como o de condomínios fechados, significa viver em um ambiente ideologicamente isolado; significa pressupor um espaço

separado da cidade, ainda que se constitua por ela, significa também traçar uma linha fronteiriça entre os “hostis (inimigos) e o socius (nossos iguais)”. (ORLANDI, 2012, p.199). Nesse sentido, Motta (2012, p. 13), pontua que “o espaço urbano se marca por gesto de interpretação que induzem a pensar, no corpo urbano, os sentidos de exclusão, segregação do sujeito na cidade”. Tais segregações, no/do espaço, são acompanhados pela tecnologia da privatização do espaço. Isto são movimentos que produzem diferenças, conflitos, tensão e segregação no espaço urbano.

A violência urbana tem se tornado um fenômeno social, com distintas causas e consequências. Aqui, remetemos ao que diz o Art. 225 da Constituição Federal do Brasil de 1988, que pontua, em outras palavras, que todos têm direito ao ambiente equilibrado e que é dever de todos esse cuidado. Nesse cuidar do ambiente, entendemos o espaço e, neste, está o sujeito e o Estado. De forma que, neste momento, não pretendemos precisar a “origem” da violência, mas cabe pensar que a segurança está imbricada no espaço pela intercambiabilidade da posição-sujeito em sociedade e, indistintamente, a posição do Estado nessa relação em que se produz o equilíbrio, a segurança, no ambiente.

Pela mídia, observa-se a circulação de distintos discursos em que se ostenta o muro e seus ofendículos, como meio de segurança. Portanto, o pré-construído da segurança tem dominado as cidades de todo mundo, e isto tem levado a segregação social, isto é, isolando os cidadãos e aumentando a discriminação. Em nome da segurança moradores fragmentam cada vez mais o espaço urbano, cerceiam o direito básico de circulação do sujeito. O sentido da segurança flui sobre as cidades “uma obsessão urbana, a cidade é um pólo de atração de segurança”. (LE GOFF, 1998, p. 72). A citação entra em contraste com o modo como o sujeito urbano se comprime entre muros assinalando a cidade como um pólo com falta de segurança.

Na cidade a separação do espaço e do sujeito irrompe sob a retórica da segurança e do preconceito, a falta do Estado às políticas de segurança e, do bem estar dos cidadãos. Pode-se dizer que na cidade há “um desvão naturalizado na posição-sujeito daquele que toma como moradia o espaço público”. (MOTTA, 2012, p.47). O desvão pode ser entendido, conforme a autora, como a lacuna a insegurança. Assim, os diversos sistemas de segurança na cidade tendem a transformar o espaço socialmente homogêneo, em que as pessoas valorizam viver entre pessoas seletas, com pessoas do mesmo grupo social. Motivado, ideologicamente, pelo sentido de segurança, o sujeito tende a mudar o panorama e a arquitetura da cidade, contribuindo para a segregação dos espaços públicos e das classes sociais.

Assim, discutir o muro, neste trabalho, permite que se compreenda a organização do espaço público e privado da cidade, como também os direitos e deveres que circulam e movimentam o fluxo do sujeito; “regulamentos e organizações que estabelecem uma certa ordem na cidade, definindo movimentos permitidos, bloqueando passagens proibidas”. (ROLNILK, 1995, p.19). Neste estudo em que se toma o muro como elemento que divide as relações entre o espaço e o sujeito, observa-se que os muros na cidade funcionam como um modo de estabelecer e conservar a organização do espaço, “marcar e delimitar territórios de linguagem”. (SILVA,1999, p.5). Isto possibilita dizer que construir muro dividindo os espaços, significa cercar sentidos permitidos e não permitidos, posições ideológicas. Conforme Rolnilk (1995, p. 43) no espaço da cidade,

Fica evidente que os muros visíveis e invisíveis que dividem a cidade são essenciais na organização do espaço urbano contemporâneo. Mais uma vez um mergulho na cidade do passado pode apontar para alguns elementos que contribuíram para que este poder de separar reinasse soberano em nossas cidades. Novamente vamos recorrer à organização da cidade medieval.

Depreende a partir de Ronilk (op. cit.) que o espaço da cidade é constituído por muros visíveis e invisíveis. Os muros visíveis permeiam sentidos na relação entre a casa e a rua. Nesse percurso, a cidade redefine um novo modo de organização urbana: a do espaço público e a do privado. Os muros invisíveis dissociam o espaço da cidade entre bairros, centros e periferias. Isto são “posições e movimentos dos corpos, em dois modelo antagônico, a do visível e do invisível” (RANCIÈRE, 2005, p. 15), em outras palavras, fronteiras visíveis e invisíveis que dividem o espaço e o sujeito.

Os muros visíveis e invisíveis proporcionam nos distintos modos de (re)significação do sujeito, isto é, os muros visíveis significam os sujeitos em “hostis” (inimigos) e o “socius” (nossos iguais) (ORLANDI, 2012, p. 35), e os muros invisíveis em sujeitos em suas determinadas classes sociais. Ao se separar o espaço, simultaneamente, separa-se o sujeito, isto ocorre, pois, ideologicamente, “o corpo do sujeito está atado ao corpo da cidade”. (Idem, p. 86).

Rolnilk (1995, p.40) diz que o espaço da cidade é, metaforicamente, comparado com “um quebra-cabeça, feito de peças diferenciadas”, em que simbolicamente as peças/espacos se diferenciam entre si, formando um todo, que denominamos de “cidade”. Nessas relações de força, cada espaço de divisão se constitui enquanto lugar distinto de significar o sujeito. Na cidade há uma linha visível e invisível; projeção imaginária de sentidos permitidos e não permitidos.

Conforme Orlandi (2001, p. 11) “a cidade é um espaço que significa e é

significado, de modo que ao significar a cidade, o sujeito se significa na e pela cidade”. Como é o caso dos diferentes espaço da cidade, centros, bairros e periferias que identifica e significa a forma-sujeito, a capitalista, de habitar. Pode-se dizer, que a cidade, é hoje, um espaço constituído por segregações, desencadeadas por muros visíveis e invisíveis entre centros e periferias que “segmentam o público à medida em que loteiam o território urbano, discriminando lugares posições de enunciação do sujeito na cidade”. (SOUZA, 1999, p.72). Isto são espaço de linguagem, lugares e posições ideológicas que se distinguem entre si. Pode-se dizer que cidade se expõe pela diferença que se estabelece em relação ao Outro: sujeito em seu espaço.

2.2 A cidade e o discurso jurídico da inviolabilidade

Pensar o muro no espaço urbano, como materialidade significante desdobra-se a outros sentidos como os da inviolabilidade e dos direitos à vida privada. Na Declaração de Direitos Humanos, o artigo 12 postula que “ninguém será sujeito a interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem ataques a sua honra e reputação. Todo o ser humano tem direito à proteção da lei ”. O pronome possessivo “seu e sua” na formulação é atravessado por uma formação discursiva que assujeita o indivíduo em sujeito de direito à inviolabilidade em sua vida privada, familiar e íntima. Obtém-se que o sentido de inviolabilidade ressoa nesse artigo, a segurança a vida privada e familiar que é um direito de todos. Essa relação de confronto, ainda, assim, essa relação será sempre constitutiva, o que cria a necessidade de ferramentas que garantam e fortaleçam as fronteiras entre o público e o privado. Na Constituição Federal de 1988, o Artigo 5º reconhece o direito à inviolabilidade como um dos direitos fundamentais, que é reforçado no item XXII do mesmo artigo, em que se lê que “é garantido o direito de propriedade”. Vejamos o artigo e os itens.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à **segurança** e à propriedade, nos termos seguintes:

X- São invioláveis a intimidade a vida privada a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito pela indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, **salvo** em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; (C.F. Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência).

O Art. 5 legitima “todos são iguais perante a lei”. O discurso da igualdade permeia

e fundamenta a Constituição Federal, o que nos faz pensar na imparcialidade da jurisprudência, de maneira que todos os sujeitos têm os mesmos “direitos e deveres”. A formação ideológica jurídica nos faz pensar na visibilidade da justiça, em reivindicar os mesmos direitos e deveres. Naturaliza-se o sentido da segregação do espaço e do sujeito na cidade. (LAGAZZI, 1988).

A ideologia jurídica é constituída “pela ilusão de uma língua transparente, objetiva, capaz de produzir normas legítimas, justas”, (COSTA, 2014, p.41), representa uma forma de denegar, apagar o político, neste caso, sobre o discurso da inviolabilidade a propriedade. Funciona “como o lugar que normatiza as relações entre o corpo e a cidade”, (Motta, 2012, p. 17), isto é, os direitos e deveres que norteiam o espaço e o sujeito.

Ainda no Art. 5, inciso X, a intimidade não deve ser arbitrariamente exposta, é preciso que se respeite, portanto, a privacidade das pessoas, com o dever a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Chama a atenção o inciso XI em relação ao sentido da palavra “casa”. A palavra casa tem um sentido mais amplo, como de propriedade privada. Nesse sentido, de acordo com a Constituição de 1988, em seu Art. 5, inciso XI, a propriedade privada é o asilo do indivíduo, ninguém nela podendo entrar sem o consentimento do morador, ou de seu repetível responsável legal “inquilino”.

Nesse inciso há uma regra que dispõe legalidade durante o dia e a noite. A palavra “salvo” permitirá que o indivíduo poderá entrar na “casa”, durante a noite em caso de flagrante de delito, desastre e para prestar socorro. Isto é, sem precisão de consentimento do morador. Já durante o dia em caso de delito, desastre e para prestar socorro, somente com autorização judicial.

O muro não é citado pela lei, mas torna-se implicitamente o lugar material da visibilidade jurídica da inviolabilidade, do direito sobre a privacidade, isto é, nessa fronteira o sentido de muro fica em silêncio. Porém significa, já que a Constituição Federal de 1988, no Art. 5 XI, textualiza-se pelo discurso jurídico, sentidos que permeiam a inviolabilidade e a penalidade jurídica. No discurso jurídico explicita o modo de inscrição do sujeito-de-direito no cotidiano das relações interpessoais. Segundo Lagazzi (1998, p.45),

As leis existem para serem cumpridas. Ainda que o Estado não consiga evitar as transgressões feitas às mesmas, a instância jurídica não deixa espaço para a refutação; as leis têm que ser cumpridas, são obrigatória. [...] Elas deixam claro aquilo que é permitido e o que é proibido.

Vejamos, abaixo, o noticiário publicado pelo *O jornal online G1*, em 13/12/2016,

às 8h35 na cidade Aparecida de Goiânia- GO com o título “Menor é morto após pular o muro para nadar em piscina”. O texto jornalístico dá visibilidade ao discurso jurídico sobre os sentidos permitidos e não permitidos. Discursivamente, o muro é lido como o lugar em que se confronta o sentido da inviolabilidade.

O adolescente [...] (XXXXX), de 15 anos, foi morto na segunda-feira (12) com um tiro em uma residência localizada na cidade de Aparecida de Goiânia, na Região Metropolitana da capital. **Segundo a família, o menor, o irmão e amigos tinham pulado o muro da casa para nadar na piscina. Eles foram surpreendidos por um homem armado, que atirou e atingiu a vítima.** Em entrevista à TV Anhanguera, familiares da vítima contaram que, na casa havia muros altos. **Os meninos pularam o muro e foram até a piscina. Ao todo, cinco garotos tinham entrado no local sem a permissão do dono da propriedade.** Os menores contaram aos pais que saíram correndo da água quando viram um homem se aproximar. Ele atirou [...] e atingiu o adolescente. O adolescente caiu ao lado da piscina. “Meu filho só tem 15 anos. É uma criança. **Ele não estava fazendo nada demais.** Só estava tomando banho”, lamentou a mãe [...] do adolescente. O autor dos disparos fugiu. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/12/menor-e-morto-apos-pular-cerca-de-chacara-para-nadar-em-piscina.html> acesso em 13/11/2017

No recorte, do texto jornalístico, o muro tem o seu lugar atravessado, ideologicamente, pelo discurso jurídico da inviolabilidade. Isto implica em dizer que, discursivamente, tem em seu funcionamento o lugar das disputas sociais, dos conflitos ideológicos entre os sentidos de público e de privado. Há a inscrição de um sujeito de direito, juridicamente, amparado pelo discurso de que é necessário impedir a transgressividade. Segundo Maluf-Souza (2015), pensar a ordem de um público e de um privado no espaço da cidade é reduzi-las a um funcionamento jurídico. Pelo viés da Análise de Discurso, a autora afirma que é necessário tomá-las enquanto

[...] objetos simbólicos que (des)territorializam e (des)limitam a realidade das cidades – o que na calçada é da ordem do público e do privado, por exemplo –, fazendo escapar o seu real [...] [que] por sua condição simbólica, se materializa e se esconde dos sujeitos e dos sentidos que nela circulam. Trata-se de uma ordem de real fundada exatamente pela noção de emaranhamento dos espaços que constituem as calçadas. Carros, pedestres, pedintes, lojas: eis os componentes de um cenário cuja segmentação, instrumentalização, não se conforma pelo efeito da divisão dos sentidos – público e privado –, produzido pelo jurídico. (MALUF-SOUZA, 2015, p. 2)

A partir do que a autora citar coloca, a cidade é esse espaço de constituição do sentido, segregação, marcado por embates, disputas e emaranhados de significação. De modo que nos faz pensar no funcionamento dos sentidos de público e privado mediante a ordem do urbano e a ordem de real. Isto implica dizer que o muro é constituído pelo

atravessamento jurídico e político. De modo que transgredir o muro, significa infligir uma ordem simbólica, uma memória discursiva.

No texto jornalístico, o muro, significativamente, é constituído por distintas formações discursivas. Depreende-se como formações discursivas “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito”. (ORLANDI, 2006, p.15). As formações discursivas constituem-se assim numa projeção na linguagem das formações ideológicas. A autora (Idem) em continuidade, pontua teoricamente que “Se na Psicanálise temos a afirmação de que o inconsciente é estruturado como linguagem, na Análise de Discurso considera-se que o discurso materializa a ideologia, constituindo-se no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia”. (ORLANDI, 2001, p. 99, 100). É a ideologia que trabalha fornecendo ao sujeito a evidência no sistema de significações.

No enunciado “Segundo a família, o menor, o irmão e amigos tinham pulado a cerca da casa para nadar na piscina. Eles foram surpreendidos por um homem armado, que atirou e atingiu a vítima”. Pela formulação – “segundo a família” – observa-se, o modo como o texto jornalístico trabalha pela narratividade o acontecimento. Há um atravessamento da formação ideológica, que marca a posição jornalística. No enunciado permite depreender os sentidos transversos sobre o termo privacidade, como também, a de posse e pertencimento, isto é, a palavra privacidade imbrica, em seu funcionamento próprio a palavra privado, fronteira que se constitui pelo sentido de público e de privado.

O muro, no recorte, tem um lugar que delimita sentidos no poder local e funciona como “operador da memória”, (PÊCHEUX, 1999, 51), jurídica. O muro como materialidade discursiva tem o atravessamento do jurídico. Nele permeia o lugar da transgressão e do dever à punição ao sujeito, que transgride o direito de inviolabilidade do outro. Isto é, ao pular o muro, o sujeito transgredir o espaço da inviolabilidade.

No recorte “Eles pularam o muro e foram até a piscina. Ao todo, cinco garotos tinham entrado no local **sem a permissão do dono da propriedade**”, a divisão permeia relações de sentidos entre o transgredido e o transgressor. Conforme Souza (2001, p.72), “diante de uma ordem jurisdição, o sujeito deverá responder pela transgressão”. O muro traz a memória do discurso jurídico sobre o direito à inviolabilidade, “assujeitam o indivíduo na posição sujeito suposto transgressor ou suposto transgredido”. (Idem, 1999, p.72).

Pensar o muro, juridicamente, é dizer do modo como o indivíduo é interpelado pela ideologia a uma posição de sujeito transgressor e transgredido. A ideologia, para a

perspectiva da Análise de Discurso, não é tida como “ocultação da realidade, mas como efeito da relação necessária do homem com a língua e com a história para que signifique”. (ORLANDI, 2003, p.49). Dito de outra forma, é por meio da ideologia que permite pensar no modo como o indivíduo é interpelado em sujeito para significar.

Desse modo, o fato de transgredir uma barreira implica desde já uma punibilidade, mesmo que o sujeito transgressor não venha praticar delitos como roubos entre outros. Pular obstáculo, já implica em sua condição, a projeção imaginária do outro, como uma ameaça. O muro e a cerca dão visibilidade ao sentido a transgressividade.

A transgressividade é compreendida como o que significa dizer que tanto o muro quanto a cerca dão visibilidade ao sentido de propriedade exclusiva, de posse ao sujeito. O texto jornalístico ao dizer que os garotos tinham entrado sem o consentimento do proprietário enuncia o sentido da ilegalidade do *invasionismo* da intimidade, instituído pela Constituição Federal de 1988 Art. 5, inciso XI. Pelo discurso jurídico podemos, então, pensar os lugares de significação para o sujeito em sociedade. O sujeito vive entrelaçado pela regularidade jurídica. Com que sentido? É importante que se questione a materialidade discursiva fazendo intervir na língua a historicidade, a exterioridade no/pelo funcionamento da linguagem.

De fato é necessário que se análise as condições de produção do discurso, pois cada qual tem a sua significância, a sua espessura semântica. Vejamos. No recorte do texto jornalístico tem-se um fato em que se textualiza, pela materialidade discursiva, a posição-sujeito e o muro. Estes diante de um acontecimento. Em outra situação, a exemplo, os ditos populares em relação ao sujeito e o muro. “Pular muro”, “pular cerca”.

Há diferentes discursos que evocam distintos sentidos como os ditos populares “Pular cerca”, “Pular muro”, que significa transgredir uma ordem matrimonial, isto é, dizer que fulano de tal pulou a cerca, muro é dizer que o mesmo praticou um adultério, transgrediu uma norma judicial que toca no sentido matrimonial. Outro dito popular que toca em relação o sentido de muro é “Ficar em cima do muro”, que significa não tomar posição numa controvérsia. O muro em questão é tido como lugar da dúvida e da indecisão. E o provérbio Árabe “Muro baixo o povo pula”, o muro baixo materializa seu sentidos, sobre a transgressão o *invasionismo*. Ou seja, “falamos as mesmas palavras, mas o sentido deriva para formações discursivas diferentes”. (MOTTA, 2012, p. 27).

De modo que pelo dizer do jornal os garotos tinham entrado sem o consentimento do proprietário, o que enuncia a transgressão. Emerge, assim, o sentido da ilegalidade, do *invasionismo* da intimidade, instituído pela Constituição Federal de 1988, Art. 5 XI.

Conforme Zattar (2008, p.2) ao estudar as calçadas e modos de invasionismo diz que “dada a multiplicidade de funções, a referência do *invasionismo* não é fixa, não é estável, muda conforme a relação que o pedestre estabelece com a interdição material e simbólica que se interpõe em seu caminho”. Depreende-se que o *invasionismo* não se detém na sua unicidade de sentidos, mas se diferencia na sua relação que estabelece com o sujeito e a materialidade transgredida.

Podemos dizer que invadir o muro significa diferentemente que invadir, por exemplo, uma calçada. As calçadas, diferentemente do muro, permeiam sentidos permitidos, públicos, de acesso a todos, sendo o *invasionismo* a (re)significação do sentido público pelo ocupante. No caso do muro, composto pela bifurcação entre os sentidos permitidos e não permitidos, e de outra ordem pela própria estrutura que divide o público e o privado. O muro entre a casa e a rua tem a sua existência ancorado a regularidade jurídica. O público e o privado sempre manterão seus sentidos juridicamente, isto é, o discurso jurídico legitima e significa os lugares permitidos e não permitidos que verticaliza, neste caso, a regularidade para o muro.

No enunciado “Ele não estava fazendo nada demais”, a posição sujeito mãe do adolescente demonstra a indignação ao fato ocorrido, ao dizer que seu filho “não estava fazendo nada demais”. A formação discursiva que atravessa o recorte coloca em movimento a posição-sujeito e modos de individuação. Naturaliza, pelo efeito da interpretação, o sentido da inviolabilidade que permeia aquele instrumento que delimita os lugares. Dada a naturalização do muro na divisão da casa e a rua é tido como transparente, apagando-se, assim, o dizer da inviolabilidade instituído pelo jurídico. É importante que se leia e que se discuta a linguagem que sustenta o discurso da inviolabilidade. É, pois, nesse atravessamento em que se infringe a lei que se depara com o real, com causas e consequências dessa travessia. Vejamos o Capítulo V dos Direitos de Vizinhança do Código Civil, o Artigo 1297 e o Pr. 1º e 3º:

Art. 1297. O proprietário tem direito de cercar, murar, valar ou tapar de qualquer modo o seu prédio, urbano ou rural, e pode constranger o seu confinante a proceder com ele a demarcação entre os dois prédios, a avimentar rumos apagados e a renovar marcos destruídos ou arruinados, repartindo-se proporcionalmente entre os interessados as respectivas despesas.

Pr. 1ª Os intervalos, muros cercas e os tapumes divisórios, tais como sebes vivas, cerca de arame ou de madeira, valas ou panquetas, presumem-se até provam ao contrário, pertencer a ambos os proprietários confinantes, sendo estes obrigados, de conformidade com os costumes da localidade, a concorrer, em partes iguais, para as despesas de sua construção e conservação.

Pr 3º A construção de tapumes espaciais para impedir a passagem de animais de pequeno porte, ou para outro fim, pode ser exigida de quem provocou a necessidade deles, pelo proprietário, que não está obrigado a concorrer com as despesas. (grifo nosso).

No parágrafo 1º, do Artigo 1297 do Novo Código Civil observa-se que o sentido de divisão de muro filia-se a uma memória discursiva “x” e abre espaço para a interpretação. De forma que o muro e a cerca são significados como divisão, demarcação do pertencimento. Os muros, as cercas e os tapumes são considerados em uma mesma insígnia, ou seja, não há distinção entre muros, cercas, velas e tapumes, pois conforme o Novo Código Civil, no parágrafo 1º do Artigo 1297, ambos têm a mesma função jurídica na demarcação, divisão do espaço.

Tomamos o enunciado “cercar, murar, valar ou tapar” da seção VI Art. 1297, como lugar de redes de filiações, sentidos que a memória (re) produz. Como vimos, no primeiro capítulo, neste trabalho, o muro vem desde tempos imemoriais com a proposição, o sentido de cercar e isto perpassa, como vimos, por uma questão política, ideológica e de interpretação do poder nacional. É necessário que se depreenda qual a significância da linha divisória, independente do material que sustenta a metrica: cerca, tapume, muro, etc. Assim, entendemos, com Orlandi (2010), que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos. De modo que os sentidos de muro estão em um constante batimento entre o mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a polissemia, sendo, portanto sempre outro. É, pois, pelo batimento entre a paráfrase e a polissemia que sujeitos e sentidos se constituem, sendo atualizados e atualizando a memória do dizer.

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim aos mesmos espaços do dizer. Produzem diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2010, p. 36).

Nesse movimento de sentidos os verbos cercar, murar, valar ou tapar, fazem pensar nos batimentos parafrásticos e polissêmicos, entre o mesmo e o diferente. Isto é, os verbos são constituídos por diferentes sentidos, dadas as distintas formações discursivas, no modo de segmentar o espaço da cidade. A lei legítima ao sujeito proprietário o direito de cercar, murar, valar ou tapar. O muro e a cerca são colocados ancorados, juridicamente, em uma relação de direito e não de dever. Portanto, o sujeito

proprietário tem o direito, de estabelecer divisões as quais estabelecem sentidos entre os espaços, entre os sujeitos de dentro e o de fora do muro. Um modo de interpelação.

Segundo Orlandi (2015), a teorização sobre o sujeito possui dois movimentos inseparáveis. O primeiro movimento parte da interpelação do psico-biológico em sujeito pela ideologia, na materialidade simbólica, o que constitui a forma-sujeito-histórica, ou seja, todo indivíduo para significar como sujeito sofre o processo de interpelação. O segundo movimento se dá pelo processo de individualização do sujeito. Isto é com a forma-sujeito- histórica constituída que se dá o processo de individuação do sujeito. Na citação abaixo observa-se como o Estado capitalista produz pelo funcionamento das instituições as formas de individualização do sujeito.

As formas de individuação do sujeito pelo Estado, estabelecidas pelas instituições e pelos discursos resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. É o sujeito individualizado ou indivíduo. 2 de natureza sócio-histórica ideológica, indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se significa pela inscrição nas diferentes formações discursivas, de que resultam distintas posições sujeitos, relativamente às formações sociais. Assim a noção de sujeito individualizado não é psicológica mas política, ou seja, a relação indivíduo sociedade é uma relação política. (ORLANDI, 2002, 71).

Entendemos com Orlandi (op. cit.) de que o Estado assujeita o sujeito pelo discurso jurídico, o que resulta em um sujeito como de direitos e deveres, ao mesmo tempo livre e responsável pelos seus atos. Desse modo, o sujeito é juridicamente alicerçado pelo direito de murar sua propriedade. Esse direito do sujeito de murar advém de um processo de assujeitamento do sujeito pelo jurídico; o sujeito tem a ilusão de ser livre, de murar sua propriedade por conta própria, como origem do dizer, contudo, o ato de murar, cercar, valar ou tapar é sobredeterminado pelo Estado. Haroche (1992, p.181) pontua que “a ascensão do jurídico e a idéia de um sujeito livre e proprietário” nasce no século XVIII, com “o enfraquecimento da ordem religiosa” e visa a uma nova forma de assujeitamento do sujeito religioso ao Estado (o jurídico), isto é, uma sobreposição do discurso jurídico em relação ao discurso religioso, um corte entre posições sujeito do discurso, fato que reverbera sentidos no social.

No caso, do discurso jurídico, remetemos a Castells (1983) pontua que o Estado é poder público que regulamenta o jurídico, institucionalizando pelo simbólico as divisões do espaço e do sujeito. A cidade, por sua vez, “tem processos distintos de se organizar que são interdependentes às instâncias institucionais”. (MOTTA, 2011, p.13). Nesse sentido, o poder local é quem organiza e delimita o espaço da cidade e as relações sociais, pelo simólico, regulada pelo Estado.

Althusser (1985, p. 64) diz que “o Estado (e a sua existência em seu aparelho) só tem sentido em função do poder do Estado”. O que possibilita dizer que o Estado, enquanto organização, é um aparelho ideológico que institucionaliza pelo jurídico as relações sociais. O Estado, por sua vez, funciona como um detentor do poder que individua o sujeito em seus direitos e deveres (ORLANDI, 2004).

Para Lefebvre (2001, p. 53) “a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem a instituição sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade”. As instituições referidas são regulamentadas pelo poder jurídico, com o objetivo de organizar politicamente, pelo simbólico, mediante leis, a cidade e o urbano.

Nessa relação, Motta (2011) diz que o Estado, do ponto de vista político, funciona “como porta voz”⁸ que legitima as instituições de práticas ideológicas que são constitutivas do poder”. (p.22). O Estado dirige-se ao sujeito assujeitado, em sua totalidade, em sua massa, e este se vê em sua unicidade, isto é, o sujeito tem a ilusão de um ser único e responsável de si mesmo. Ou seja, o sujeito se constitui pelo revestimento do discurso jurídico que o individualiza em seus direitos e deveres. Diante disso, depreende que a cidade tem em seu funcionamento, a institucionalização da organização do espaço, mediante o simbólico e o político. Há, portanto, um discurso jurídico que a gerencia e administra a cidade, o espaço e o sujeito com as suas relações sociais. Nesse processo, o sujeito é individualizado pelo Estado, e o discurso jurídico se posiciona como uma materialidade simbólica que regula e organiza a estrutura da cidade.

2.3 Os muros e seus ofendículos no espaço urbano

O discurso da inviolabilidade no espaço urbano, se desdobra sobre os muros. A estes são anexados obstáculos como caco de vidros, cercas elétricas, câmeras elétricas entre outros, que interditam a entrada de outros em uma propriedade ou dificultam que o sujeito transgressor invada um domicílio⁹. Os obstáculos anexados aos muros são denominados de ofendículos pela Constituição Federal de 1988 no art. 5º, caput, XI e XXII.

Os ofendículos são meio mecânico de defesa da propriedade que consiste na instalação de arame farpado, cacos de garrafas em muros,

⁸ Ver Pêcheux, 1996.

⁹ O domicílio é um bem jurídico protegido pela Constituição Federal de 1988 Art. 5º XI, (lei citada anteriormente).

cercas de ferro com pontas aguçadas (lanças), eletrificação de grades e maçanetas. Os ofendículos estão respaldados na inviolabilidade do domicílio, mas os excessos são puníveis. (C. F., art. 5º, caput, XI e XXII).

O excerto ao denominar o arame farpado, cacos de garrafas em muros, cercas de ferro com pontas aguçadas (lanças), eletrificação de grades e maçanetas como ofendículo “direciona o sentido dado ao objeto X, significando-o, sob o efeito da literalidade como se já-lá estivesse”. (COSTA, 2014, p. 39). Desse modo, a lei ao denominar de ofendículo como aparatos colocados sobre os muros, direciona o objeto nomeado a um determinado sentido, isto é, produz o efeito da literalidade da evidência do sentido frente a um objeto nomeado. Portanto, toda denominação “circunscreve o sentido do nomeado”, (Idem, p.40), cerceando-o, restringindo-o em certa direção. É com base no dispositivo analítico da Análise de discurso que possibilita atravessar o efeito da literalidade do discurso.

Na expressão “ofendículo”, chama-se atenção, sobre a relação parafrástica com o verbo “ofender”, o que, discursivamente, significa dizer que frente a determinado ofendículo, o indivíduo é interpelado em sujeito “ofendido”. Os ofendículos, por sua vez, funcionam como discurso da projeção imaginária do sujeito x, aquele como o sujeito o possível transgressor.

Conforme a Constituição Federal de 1988, art. 5º, caput, XI e XXII, os ofendículos são aparatos destinados à defesa da propriedade. Trata-se um meio “mecânico” de proteção, segurança que se adensa ao muro. Estes são exemplos dos cacos de vidro, pontas de lança, cercas elétricas. Os ofendículos são dispositivos que podem ser visualizados sem dificuldade; passam a constituir exercício regular do direito de defesa da propriedade, já que a lei permite até mesmo o desforço físico. (CAPEZ, 2003). Seleccionamos abaixo três imagens de ofendículos.



(Fig. 6) Muros com cacos de vidro¹⁰



Figura 7 Muro com ponta de lança¹¹

¹⁰ Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=imagem+muros+com+cercas+eletricas.com>
Acesso 16/11/2017.

¹¹ Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=muros+com+ponta+de+lança.com> Acesso
16/11/2017

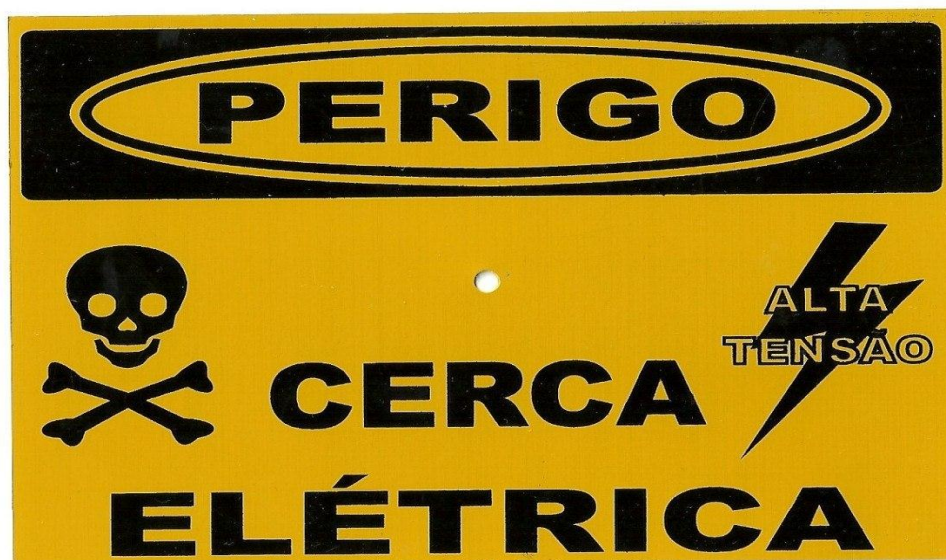


Figura 8 Cerca elétrica¹²

Nas imagens, figuras (6, 7 e 8) enunciam uma progressão de sentidos, entre, muros com caco de vidro, com ponta de lança e cerca elétrica. Observa-se que cada vez, é preciso prover barreiras que dificultem a transitividade do sujeito. Isto são “movimentos de sentidos”. (ORLANDI, 2001, p.193). Discurso da segurança. Lugares de intervenções, que com sistemas tecnológicos de proteção buscam intensificar e dificultar a transgressividade. O que faz pensar no conceito de metáfora que inscreve-se nesses discursos.

Para Orlandi (1996) a metáfora inside na substituição do significante na sua relação com o significado, ela é um elemento produtor de sentido. Afinal, “os sentidos é sempre uma palavra, uma proposição por outra: os sentidos só existem nas relações de metáfora”. (Idem, p. 21). Falar sobre metáfora é, então, falar sobre sentidos deslizantes, de modo que todo discurso “é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, ao deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro.” (Pêcheux, 1990, p. 56). Por isso dizer que os sentidos de ofendículos nos muros são moventes como se observa nas diferentes imagens. De modo que, as figuras constituem enquanto linguagem, diferentes gestos de leitura do que se toma sobre os muros comumente denominados de ofendículos. A imagem, por sua vez, é uma materialidade significativa e que afeta conforme Orlandi (2004) o gesto de interpretação, possui distinto modo de significar.

¹² Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=imagem+de+cerca+el%C3%A7.com> Acesso 29/03/2018

As imagens (não verbal) são constitutivas de sentidos, do mesmo modo que o verbal se significa a partir de uma exterioridade, como um produto histórico, atravessado pela ideologia. Em nosso material de análise, as imagens, por serem língua(gem), apresentam-se com o mesmo funcionamento, (re)significando o muro e seus ofendículos, pela ordem do simbólico. Nas palavras de Orlandi as imagens pelo dispositivo teórico de análise,

[...] permite trabalhar não exclusivamente com o verbal (o linguístico), pois restitui ao fato da linguagem sua complexidade e sua multiplicidade, isto é, aceita a existência de diferentes linguagens o que não ocorre com a Linguística, que, além de reduzir fato (de linguagem) à disciplina (que trata da linguagem), reduz também a significação ao linguístico. O importante para a AD não é só as formas abstratas, mas as formas materiais de linguagem (ORLANDI, 1995, p. 34).

A partir do excerto, pode-se dizer que a construção dos sentidos se estabelece, também pela relação entre o sujeito, a língua e a imagem, atravessado pelo interdiscurso. A questão, que se coloca é o que a imagem, em sua relação com o verbal dá a ver? Depreende que nas redes de memória com a qual as imagens se filiam, vemos diferentes formações discursivas, sentidos que evocam a interdições, o direito à inviolabilidade.

Para Aumont (1993), a problemática do sentido na imagem, é, pois, a relação das imagens e palavras, entre imagem e linguagem, já que para ser plenamente compreendida uma imagem necessita do domínio da linguagem verbal, isto é, a linguagem é modelo e base de qualquer fenômeno de comunicação e de significação. Nessa linhagem, há uma relação de interdependência definidora entre imagem e a definição verbal. Nesse sentido,

A imagem é sempre modelada por estruturas profundas, ligada ao exercício de uma linguagem, assim como à vínculo a vinculação a uma organização simbólica (a uma cultura, a uma sociedade) mas a imagem é também um meio de comunicação e de representação do mundo, que tem seu lugar em todas as sociedades humanas. (AUMONT, 1993, p. 131).

Depreende-se pela citação que a imagem configura-se como meio de comunicação, como uma representação do mundo. O sentido na imagem é tido como “transparente”, como cópia do real. Considera-se a imagem como “modelada”, ao anexar a imagem ao verbal. Assim, seus sentidos são cerceados, vinculados a cultura e a sociedade, não lhe dando possibilidades aos outros sentidos. De maneira que “a interpretação da imagem é diferente da interpretação das palavras, porque os aspectos sintáticos, prescritivos e verídicos da gramática verbal não se aplicam às imagens”. (AUMONT 1995, p. 249).

Para a Análise de Discurso a questão do sentido na imagem é colocada em xeque. Para esta linha de estudo, a linguagem funciona como mediação entre o homem e o mundo que o circula, como um “operador da memória”. (PÊCHEUX, 1999, p. 51). O sentido na imagem é sempre atravessado pela memória discursiva, ideológica, significando conforme as formações discursivas. Para a teoria da Análise de discurso tomamos a imagem como efeito de sentidos.

Considerar a imagem enquanto filiação impõe acolhê-la como materialidade, como um estranho espelho que não lhe é transparente ao olhar, que não é evidente. A imagem significa e os suportes técnicos que as inscrevem revolucionam e transforma a singularidade do que se apaga para aparecer, para se transmitir ser recebido e percebido. (BARBAI, 2009, p.32).

Dessa maneira, não se pode conceber o sentido da imagem como evidente ou transparente. Além do mais, não se pode falar de sentido único, o que ignoraria o atravessamento ideológico. Para a Análise de Discurso, o sentido se produz em uma relação entre os sujeitos e os sentidos já dados, “a imagem pode vir a significar materialmente quando a interrogamos pelo discurso”. (BARBAI, 2009, p. 32).

Em *"Efeitos do verbal sobre o não-verbal"*, Orlandi (1995) faz uma crítica ao efeito de precedência do verbal sobre o não verbal. Segundo a autora, esse efeito se dá pela sustentação ao mito da linguagem como transmissão de informação. Há um apagamento da diferença do verbal e do não verbal, em outras palavras, há uma sobredeterminação do não verbal pelo verbal. Pode-se dizer que o não verbal não pode ser reduzido ao verbal, isto é, a dança, a tatuagem ou a fotografia não podem ser traduzidas em signos verbais, pois há uma materialidade que é própria a essas linguagens. Elas significam de diferentes maneiras não de qualquer maneira. O sentido tem a sua forma significante. Ou seja,

O sentido tem uma materialidade própria, ou melhor, ele precisa de uma matéria específica para significar. Ele não significa de qualquer maneira. Entre as determinações – as condições de produção de qualquer discurso – está a da própria materialidade simbólica: o signo verbal, o traço, a sonoridade, a imagem etc. e a sua consistência significativa. (ORLANDI, 2007, p.39).

Desse modo, para que haja sentido é preciso necessariamente de uma materialidade para significar, seja verbal ou não verbal. Para o analista de discurso, o discurso verbal e o não verbal (imagens) possuem sua forma peculiar de significar. Há uma homogeneização entre o não verbal em relação ao verbal, como se interpretasse da mesma forma, como se o discurso verbal funcionasse como uma cópia, de modo que

mascam/silenciam outras possibilidades de interpretação, isto é, tudo se interpreta da mesma forma. Assim, ocorre uma unicidade/uniformidade nos sentidos, o efeito da literalidade do discurso não verbal.

O discurso verbal e o não verbal nas (fig. 06 à 08) sobre o muro abre espaço para as múltiplas leituras, modos distintos de se dar a ler a materialidade simbólica. Joga com o possível interlocutor. Analisar o discurso verbal e o não verbal, imagens, sobre os muros e seus ofendículos significa considerá-los como discursos atravessados pelo político. Para a Análise de Discurso, o discurso não é entendido como vazio sem história, mas “como o não-dito que é história e que, dada a necessária relação do sentido com o imaginário, é também função da relação (necessária) entre língua e ideologia”. (ORLANDI, 2007, p.23). Ou seja, analisar o discurso, implica compreender o político que o constitui.

Nesse sentido, Souza (2001, p. 71) diz que “a imagem lida, acrescento agora, não é imagem na sua materialidade intrínseca. É sustentação de discurso outro”. O que significa dizer que a imagem, o não verbal é estruturado pela memória discursiva e movimenta sentidos da sua constitutividade sócio-histórica. O muro é compreendido, assim, como um texto portador de discursividade. Isto é, como uma materialidade discursiva em que o sentido não é dado de antemão.

Observa-se que as figuras (6, 7, 8) os muros e cercas enunciam movimentos de sentidos interditos que deslocam entre Cacos de vidro; lança metálica para cerca elétrica, um recuo de muro para cerca elétrica. Há uma contradição no funcionamento do discurso em face das cercas, muros, cercas elétricas, câmeras etc nas imagens, posições antagônicas cada qual com a sua forma distintiva de dizer sobre o sentido de inviolabilidade, de segurança. Há, aqui, um discurso “sobre” o muro, memória jurídica que o atravessa, e o discurso “do” muro, sentidos que deslocam-se materialmente no muro, como é o caso dos distintos obstáculos sendo os cacos de vidro, cercas elétricas, lanças entre outros, que se estendem sobre os muros.

Na (fig. 6) constitui-se pela imagem de muro com cacos de vidros com a formulação “Caco de vidro no muro, o melhor sistema de segurança do mundo. O ladrão nem entra, já sabe que é casa de pobre”; a escrita com a cor branca, funciona ideologicamente ao sentido de “paz”. Isso contradiz em uma cidade com efetivas políticas de segurança, o que possibilita questionar se a “violência” seria a insígnia das cidades na atualidade? Na (fig. 7) apresenta a imagem de uma cerca metálica com lanças, juntamente, com o enunciado “Muro pega ladrão”. Já a (fig. 8) é composta pela imagem de uma caveira humana com sentido de perigo, conseqüentemente, de morte, com os dizeres

“perigo cerca elétrica”, “alta tensão”, sendo a (fig. 8) ilustrada pela cor “amarela”, que memoriza o sentido de “atenção” discursivizado nos semáforos das cidades.

Na imagem (Fig.06) observa-se a sintaxe e o modo de dizer, o funcionamento do discurso da interdição- Caco de vidro – muro, Caco de vidro – melhor segurança, Caco de vidro – ladrão nem entra. Há uma progressão de sentido que se intensifica o discurso da inviolabilidade, dando, assim visibilidade ao uso dos ofendículos. O que dizer do muro sem ofendículos? A questão abre espaço para a transgressividade, para a inviolabilidade do espaço. Observa-se a ironia na formulação “Caco de vidro no muro, o melhor sistema de segurança do mundo!”, há interdição de sentidos que entrecruzam a imagem. O “caco de vidro” no muro funciona como um instrumento, um modo de intensificar a segurança do sujeito morador, e, ironicamente, diz a formulação: “O ladrão nem entra, já sabe que é casa de pobre”. Há uma projeção imaginária da posição sujeito o morador, a questão econômica de que, assim, hipoteticamente o ladrão, sujeito transgressor, não transgride. Chama-nos atenção na imagem o tipo de caco, garrafas de refrigerantes em específico de Coca-Cola. A linguagem verbal ao ironizar o uso do muro com caco de vidro, como um sistema de segurança à propriedade, fica em destaque na imagem a propagação da propaganda do refrigerante.

Pêcheux (2012), no artigo Foi “propaganda” mesmo que você disse? diz que a propaganda tem sido apropriada há tempos retóricos, desde as operações militares contra inimigos estrangeiros. Atualmente a propaganda não é mais um negócio militar, sendo utilizada, inclusive pelo Estado. Para o autor “a propaganda se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gesto”. (Idem, p.74). Desse modo, a propaganda pela imagem da Coca-Cola (fig. 06) dialoga, ideologicamente, com o sujeito.

O muro não pode ser limitado à estrutura. Assim, reiteramos a necessidade de vê-lo como um muro significado historicamente pela linguagem. O muro não escapa à história. Ela é parte de sua constitutividade. Do ponto de vista da Análise de Discurso a história é compreendida em uma proposição cronológica, diferentemente, como parte no processo de constituição dos sentidos da materialidade discursiva. Nessa linha de raciocínio, o analista de discurso lida nos limites da interpretação, questionando a literalidade dos sentidos, desprendendo outro olhar sobre o objeto discursivizado. (ORLANDI, 2012).

Pode-se dizer que inscrever-se na perspectiva da Análise de Discurso é um gesto em que as reflexões sobre o trabalho com “[...] a linguagem não se dá como evidência, mas oferece-se como lugar de descoberta, lugar do discurso”. (ORLANDI, 2009, p. 96).

Desse modo, trabalhamos a Análise de Discurso como base teórica que toma a materialidade discursiva como o objeto próprio de análises do *corpus*.

Observa-se que no enunciado “Muro pega ladrão” (fig. 07), a base linguística é composta pelo verbo “pegar” na 3ª pessoa do modo indicativo que discursiviza uma armadilha. Nota-se que é o próprio muro que “pega” o ladrão. Este se inscreve nessa relação de sentidos interditos. A imagem territorializa sentidos, produz efeitos para sentidos permitidos e não permitidos. Novamente depreende-se que no discurso (fig. 07) semelhantemente ao discurso da imagem (06), há uma projeção imaginária do muro como uma materialidade discursiva com o sentido de “pegar” ladrão. O muro rompe o trajeto da posição sujeito ladrão. No enunciado diz “Guia do sobrevivente”, mas à quem? Ao suposto transgressor? Veja a progressão dos sentidos interditos que se deslocam em Muro pega ladrão, Muro – lança metálica. Há nessa linguagem que funciona, há formulação funciona como uma espécie de armadilha aquela que se coloca e espera o animal, como uma espécie de ratoeira.

Na Constituição de 1988 no art. 5º, caput, XI e XXII, não é citado como ofendículos, outro acessório que é posto sobre os muros, é o caso das câmeras elétricas. Elas estão presente em muros estrutura da cidade. Vejamos a figura (09),



Figura 09 Câmeras elétricas¹³

Na (fig.09), a base linguística do enunciado é composto pelo verbo “sorrir” na 3ª pessoa do modo imperativo, o que indica uma ordem ao sujeito transeunte. No discurso da figura (09), diz “sorria você está sendo filmado”, com a imagem de uma caricatura de

¹³<https://www.google.com.br/search?q=imagem+muros+com+caco+de+vidro.com> ACESSO 17/11/2017

cor amarela sorrindo. Há um tom de ironia e, ainda, a formulação pressupõe que o sujeito esteja ciente que está sendo filmado. Em relação à posição irônica Maliska, (2014) afirma que,

A ironia nesse sincretismo verbo-visual produz um sentido para além do suposto significado pré-concebido da palavra. A articulação da imagem e da palavra produz um efeito que extrapola a significação textual, extrapola os possíveis sentidos imaginariamente intrínsecos a palavra. A ironia, nesse caso, pode produzir um sentido outro, e com isso um efeito jocoso ou de humor. (p. 6).

Depreende que a ironia é concebida como um processo que vai além do sentido construído das palavras, produzindo, assim, sentidos outros, rupturas com efeito de humor. Orlandi (1983), diz que é por meio da ruptura que a desconstrução do sentido se instala, desencadeando um processo de significação constituindo com isso o deslocamento dos processos de significação.

A imagem, (fig. 09), segundo Araújo (2006), deve-se a Jeremy Bentham, um filósofo britânico que projetou uma imagem de uma cadeia onde todos os presos fossem vigiados sem que os mesmos soubessem. Conforme Foucault (2009) Bentham partiu do princípio de que,

O poder deveria ser visível e inverificável, visível sem cessar o detento terá diante de seus olhos a alta silhueta da torre central de onde é espiado, Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode vê-lo. (FOUCAULT, 2009, p. 191).

Depreende-se que o poder seria a forma de disciplinar o indivíduo, a princípio utilizado como forma de coerção em sistemas penitenciários, sobre o método de vigilância. No espaço da cidade esse poder de “vigiar e punir” pode ser exercido por qualquer indivíduo, pela “maldade daquele que têm prazer em espionar e em punir” (FOUCAULT, 2009, p.192). O poder disciplinador é denominado como o “panóptico”, “máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fábrica efeito homogêneo de poder”. (Idem, p. 192).

As câmeras nos muros dos centros urbanos tornam-se constantes e excluem na medida em que separa o cidadão e o criminoso, o trabalhador e o marginal. Todos esses mecanismos tecnológicos de vigilância passam a ser vistos como “uma máquina produtiva e submissa politicamente, uma tecnologia disciplinar”. (FOUCAULT, 2009, p. 299). Uma projeção igualitária dos sujeitos, isto é, todos são projetados em sujeitos suspeitos. O poder de vigiar tem sido exercido e, tem tomado corporeidade nos diversos

segmentos da cidade, como em residências e estabelecimentos em gerais. Uma máquina que permite “vê-se tudo, sem nunca ser visto”. (FOUCAULT, 2009, p.191). Nessa direção, as câmeras produzem, no social, modos de modificar o comportamento, de “vigiar e de punir”.

A vigilância, nas estruturas institucionais do espaço da cidade, seja de forma explícita ou implícita, causa a disseminação do poder disciplinar, o que Foucault denomina a “microfísica do poder” (FOUCAULT, 2009, p.39). Nos diversos estabelecimentos de formas e de relações de poder, em tudo, em todos e entre todos, permeando o tecido social, as formas de relacionamento entre os seres humanos.

Permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. (FOUCAULT, 2009, p. 170).

O panóptico instala o sentimento de autovigilância no próprio sujeito, devido o fato dele desconhecer quando e por quem está sendo vigiado. A máquina de vigilância intervém quando há falha do Estado quanto à segurança pública ao direito de inviolabilidade.

O efeito mais importante da máquina de vigilância seria produzir no sujeito um estado permanente de visibilidade. Uma máquina de sustentar uma relação de poder, baseado no princípio de que o poder deve ser visível e inverificável. “Visível sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo”. (FOUCAULT, 2004, p.166-167).

A cidade mediante o poder disciplinador trata-se de traçar linhas divisórias entre o normal e a anormalidade, através dos dispositivos como muros, cercas elétricas e câmeras. Isto nos mostra que o discurso das novas tecnologia de segurança “não só mercantiliza os direitos à privacidade como também aprisiona o sujeito, controla, vigia e oprime”. (DIAS, 2011, p.23). Esse efeito de aprisionar, controlar, vigiar e oprimir o sujeito, são flagrantes discursividade pelas câmeras, pelos muros e seus ofendículos no espaço urbano.

Nessa direção, no próximo capítulo trataremos sobre o muro, a partir de recortes de revistas jornalísticas como *Veja* e *Isto é*, com o modo de compreender como o discurso jornalístico dá visibilidade ao sujeito e muro a sua significação, ou seja,

intentamos compreender o processo de significação que o discurso engendra “pela ideologia e inconsciente serem materialmente ligados”. (PÊCHEUX in ORLANDI, 2012, p.95). O que significa dizer que “o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia”. (ORLANDI, 2013, p.20). Assim, mobilizamos para reflexão o conceito de memória, condições de produção, ideologia e formação discursiva.

CAPÍTULO III

MÍDIA, MUROS, CERCAS E FRONTEIRAS ENTRE NAÇÕES

O muro que me protege é o mesmo que me limita
(Abraatiko)

3.1 A mídia: um gesto de noticiar

Neste capítulo propomos compreender pelo discurso, como o texto da revista jornalística, ao abordar o discurso sobre o muro, tece de forma naturalizada uma questão, que, teoricamente, requer questionamentos. Esse gesto de leitura, de questões sobre a opacidade, faz pensar que é pelo discurso que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo como a língua produz sentido por/para o sujeito. Discutimos como a materialidade significativa da língua é atravessada por diferentes posições ideológicas, condições de produção que permitem questionamentos, gestos de interpretação. Para isso mobilizamos conceitos teóricos da Análise de discurso como o de memória discursiva, formação discursiva, para análise de recortes de distintas revistas de ampla circulação que, tomaremos como *corpus*: *Veja*, *Istoé*, *Globo* e *Contigo* como meio de compreender como a língua, a base do discurso, dá visibilidade ao muro e suas significações.

Como se sabe, a revista jornalística é um veículo de linguagem, com seu meio tecnológico de escrita, de produção de diferentes discursos. Tem uma circularidade, com poder de fazer dizer diferentes temáticas que, por vezes, têm grande repercussão na sociedade. Assim, a textualidade discursiva tem uma espessura semântica constitutiva de sentidos que nos permite depreender, conforme Orlandi (1999, p.17), que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”.

Para Barthes (1977, p.11), a questão da língua sempre foi motivo de distintas reflexões, pois “é um instrumento não inofensivo, arraigado de poder, poder esse que não se inscreve somente na política, no Estado, nas classes, nos grupos, na moda, opiniões correntes, jogos ou simplesmente nas relações familiares, no entanto mais precisamente na língua”. O dizer de Barthes (op. cit.) pacífica a densidade semântica que atravessa a

língua ao colocá-la como algo inofensivo. Do ponto de vista discursivo a língua, produz sentido, logo, então, não é compreendido como instrumento que se toma e usa, mas como algo que funciona e que torna possível construir relações de sentidos e que não temos domínios sobre o efeito que produz nos interlocutores.

Rossi (1980), ao dizer sobre o discurso jornalístico em relação à sociedade, aponta a palavra como uma “arma” de aparência extremamente inofensiva. Essa forma de dizer da palavra para o campo teórico da Análise de Discurso demanda outra maneira de pensar a “língua”, como objeto não transparente, sujeito a significações que tem relação com as condições de produção. Nesse sentido, conforme Di Renzo (2005, p. 223) “a língua para se significar se inscreve na história, oferecendo terreno próprio ao trabalho do equívoco”, de modo que a língua não é um sistema lógico, fechado em si¹⁴, como se os sentidos fossem únicos, ela é sujeita ao equívoco.

Mariani (1998, p. 33 -34) diz que “o discurso jornalístico constrói-se, dessa forma, com base em um pretensão domínio da referencialidade, pois baseia-se em uma concepção de linguagem que considera a língua como um instrumento de comunicação de informação”. De maneira que a língua é apreendida pelo jornalismo, tal como define Mariani (op. cit.) como um código um conjunto de signos, regras com a função de transmissão da mensagem. Diferentemente, trabalhar com o texto jornalístico, pela teoria da Análise de Discurso, permite-nos tomar a língua não como linear, um instrumento de informação, mas como atravessado por diferentes sentidos. Isto possibilita dizer que a língua, do ponto de vista discursivo, rompe com “a simples função de informar”. (op. cit. p. 31).

Desse modo, é mediante o discurso que o analista se submete à língua, pensando nas diferentes possibilidades de interpretação; atravessar o efeito da literalidade do discurso midiático em busca de “pistas”, marcas nas entrelinhas da discursividade da revista jornalística. A revista é uma referência semântica de escrita, com a função de noticiar, porém, partindo do pressuposto da teoria da Análise de Discurso, o discurso funciona com sentido que se diferenciam conforme as diferentes condições de produção.

A revista jornalística funciona servindo-se de diferentes suportes tecnológicos de escrita, cores, imagens, o que joga com o sujeito leitor, naturalizando sentidos. A teoria, a qual nos inscrevemos, nos faz compreender que o discurso é o lugar do trabalho da

¹⁴ Saussure (2008) concebe a noção de língua enquanto sistema fechado com suas leis internas e sua ordem própria e que não estabelece nenhuma relação com a exterioridade. A língua para o autor não depende do sujeito, mas das relações entre os signos que a constituem.

ideologia. A ideologia, por sua vez, não é algo de fora do discurso, está presente no interior do discurso. Desse modo, a revista, entre outros meios de noticiar, tem um papel importante de interlocução, por ter a função de mediar a informação, o acontecimento de linguagem entre o homem e o mundo. O gesto de noticiar cria uma proximidade com a sociedade, pelo discurso, de forma que se diz produzindo um movimento político no social e interpela o sujeito a produzir sentido.

Para Orlandi (2005), diferentes materialidades significantes exigem diferentes gestos de interpretação, permitem compreender o trabalho da equivocidade do sentido. Do ponto de vista discursivo, a língua não é um sistema perfeito, uma unidade fechada, mas sujeita à falha, à incompletude. “O equívoco na língua é estruturante para o discurso é ele que permite que haja entrecruzamento de posições discursivas, condicionando desse modo o funcionamento ideológico”. (NUNES, 2006, p. 31). Logo, a falha e a incompletude na língua não são um defeito, mas uma qualidade constitutiva.

Desse modo, a materialidade é o modo significante pelo qual o sentido se formula (LAGAZZI, 2010), é por meio da materialidade discursiva que o analista de discurso tem acesso ao discurso, assim como a ideologia, ao sujeito (enquanto posição), enfim ao funcionamento da língua, o que compreende dizer que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”. (PÊCHEUX, 1975, p. 200).

[...] as notícias procedem redundância pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar reter, esperar, etc. A linguagem é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente-transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro. Seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza em ato e que até se realiza no enunciado. (DELEUZE; GUATTARI *apud* GOMES, 2003 p.101).

Na citação, a linguagem tem seu modo distinto de significar. Diz que a notícia se textualiza, por uma via de redundância, a informação. Compreendemos diferentemente, conforme a teoria a qual nos inscrevemos, neste trabalho, que a notícia não se trata de mensagem, mas de discurso, e, é compreendido aqui, como efeitos de sentido entre locutores. Portanto, no funcionamento da linguagem opera a relação entre sujeito e sentido afetado pela história. A esse respeito, os processos sócio-históricos são constitutivos para se compreender como o discurso jornalístico constrói sentidos para a sociedade.

A linguagem jornalística das revistas trabalha de uma forma como se pudesse produzir o discurso da imparcialidade e da neutralidade. Mariani (1989, p.73) define o

gesto de noticiar como “não neutro nem desinteressado: nele se entrecruzando os interesses ideológicos e econômicos do jornal, do repórter, dos anunciantes, bem como dos leitores”. O fato de o discurso informativo não ser neutro e nem objetivo, apresentar marcas da subjetividade, já demonstra que o discurso não é imparcial. Isto é, há interesses políticos, ideológicos e econômicos entre outros que o atravessam e que os significam de forma constitutiva tanto entre aquele que produz a notícia.

Diferentemente do ponto de vista jornalístico, a teoria da Análise de Discurso, compreende o discurso não como marca subjetiva do sujeito, mas pela subjetivação do sujeito do discurso, enquanto posição-sujeito afetada pela língua e pela história. Isto significa dizer que o sujeito é atravessado pela ideologia. Nessa direção, ao noticiar um determinado assunto, o sentido muda conforme as distintas formações discursivas, considerado pelo contexto sócio-histórico-ideológico que o constitui.

Pêcheux (1975, p.166) define formação discursiva “como um elemento suscetível de intervir como uma força confrontada a outras forças, dentro da conjuntura ideológica característica de uma formação social em um movimento dado”, podendo ser uma ou mais formações discursivas interligadas. O sujeito se constitui no interior de uma formação discursiva. A relação que esse sujeito estabelece entre as várias formações discursivas é constitutiva de cada sujeito.

Os recortes jornalísticos possibilitam ao analista de discurso compreender o discurso, não pensado nele mesmo, mas em relação com as condições de produção, a exterioridade, e a memória.

Na revista, pelo discurso, o imaginário de muro se(re) constrói, (re)configurando sentidos outros. Contudo, as notícias propagadas nas páginas de revista, produzem uma homogeneidade, silenciando sentidos outros, entendido não como ausência de palavras, mas como calar o interlocutor de sustentar outros sentidos. No texto midiático a materialidade discursiva sobre o muro possibilita compreender as múltiplas formas de significá-lo sempre constituído por formações discursivas. E assim, pode-se dizer dos efeitos de sentido que um discurso produz.

Desse modo, o sentido que se arraiga sobre edificar o muro, em distintas civilizações, (ver no primeiro capítulo), tem sua historicidade que se diferencia conforme as diferentes formações discursivas e a ideologia. Nessa direção, depreende-se que “o sujeito se constitui por uma interpelação que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva”. (ORLANDI, 1999, p.45). O que significa dizer que o sujeito é atravessado pela ideologia, e que o sentido no discurso é produzido conforme as distintas

formações discursivas. Conforme Pêcheux (1999), o sentido varia conforme as distintas formações discursivas, considerado pelo contexto sócio-histórico-ideológico que constitui o discurso de cada texto.

Os fatos de sentido da ordem do discurso não são remissíveis ao discurso de um sujeito, nem aos de vários conjuntos para fazer uma espécie de “sujeito médio”, mas a “formações discursivas” que não têm realidade no nível do indivíduo, senão pelo fato de que elas determinam as posições que pode e deve ocupar todo indivíduo, para ser o sujeito de uma enunciação provida de sentido. (P.HENRY, 1993, 162).

Depreende que o sentido resulta de um processo ideológico, isto é, os dizeres são atravessados por outros dizeres e o sujeito tem a ilusão de ser a origem deles. Entretanto, os dizeres que noticiam um acontecimento são constituídos pelos efeitos sócio-histórico-ideológicos. Daí compreende-se que o discurso para o analista é sujeito a questionamentos e à observação.

O sentido, como nos diz Orlandi (1999) se diferencia conforme as diferentes formações discursivas, e a sua relação com a ideologia, “o sujeito se constitui por uma interpelação, que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva”. (Op.cit.1999, p.45). Desse modo, o sentido não está à literalidade do discurso jornalístico das revistas, produzindo, assim, o efeito de evidência.

O recorte abaixo é veiculado pela revista *Veja* publicada em 02/09/2015¹⁵, e corresponde à chamada “As multiplicações das barreiras”. A questão que se coloca é que tipo de barreiras o noticiário irrompe: barreiras físicas, invisíveis, ou seria dos múltiplos sentidos que constituem as barreiras físicas? A revista, inscreve-se, ideologicamente, por confrontos de sentidos que constitui o texto, neste caso, o discurso que noticia permeia a questão do muro, dispondo de distintas formas de significá-lo.

3.2 O muro no discurso jornalístico e as suas significações

RECORTE 1

Os muros e cercas de fronteira já feitos **ou** em construção no mundo poderiam dar uma volta e meia em torno do Brasil. Eles aliviam a insegurança das populações, **mas** não são impermeáveis aos imigrantes. **A globalização é celebrada por eliminar fronteiras políticas e econômicas e por aproximar culturas de diferentes partes do mundo. Após a década de 90, contudo, começou a sofrer um efeito reverso: a multiplicação de muros em fronteiras nacionais.**Um

¹⁵ Revista *Veja* publicada em 02/09/2015 com a temática “As multiplicações das barreiras”

terço dos países já ergueu ou está edificando quase 400 quilômetros de muros ou cerca em torno e seu território, uma extensão quatro vezes superior à registrada em 1989, quando foi derrubado o muro de Berlim e suficiente para dar uma volta no Brasil. A conta feita pela geógrafa Elisabeth Vallet, da universidade de Quebec, no Canadá, inclui 19.600 quilômetros já finalizados e outros 20.200 em obras. (Veja, Watkins, 2015, nº 1473, 2 setembro de 2015. p.68-70, grifo nosso).

Conforme Lagazzi (1988), o discurso é o lugar em que se pode ter acesso as marcas dos processos ideológicos. Essas marcas são produzidas sintaticamente por marcas, traços discursivos, que estabelecem distintos sentidos, pelo jogo da língua, no enunciado, de alternância de oposição. Desse modo, no discurso há um batimento entre descrição e interpretação, o que faz pensar na distinção entre a ordem da língua e a ordem do discurso. A ordem da língua, por sua vez, se detém na análise de conteúdo, compreendendo a estrutura da língua, diferentemente; e a ordem do discurso é compreendida na sua relação entre a língua e a ideologia. Portanto, é tendo como base a estrutura da língua que se pode compreender a produção de sentido, língua, por sua vez, é “o lugar material onde se realizam os efeitos de sentidos”. (PÊCHEUX, 1997, p. 172).

Para Pêcheux (1995), todo sistema linguístico é formado por um conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas e que é mediante essas estruturas que submete as leis internas, as quais constituem o objeto de pesquisa da linguística. O que possibilita dizer que a língua funciona como base comum para diferentes processos discursivos. É sobre a base interna da língua que se desenvolvem os processos discursivos. Assim, para o analista de discurso, “a língua não é o objeto, mas o pressuposto para analisar a materialidade do discurso”. (FERREIRA, 2015, p.63).

É a partir das marcas linguísticas que se configuram as *pistas* para a análise, é o caminho que leva ao processo discursivo, ao funcionamento do discurso. Dessa forma, as marcas/pistas podem se constituir “por construções sintáticas, elementos lexicais, morfológicos, fonológicos”. (LAGAZZI, 1988, p. 61).

Courtine (1999) diz que somente é possível pensar o discurso em termos da articulação entre o plano interdiscurso e o intradiscurso. Desse modo, o funcionamento discursivo propõe uma relação entre o eixo do enunciado e da formulação. É mediante o discurso que se pode pensar a relação entre o dito e o não-dito, o deslocamento do eixo interdiscursivo sobre o eixo intradiscursivo.

No enunciado recorte nº 1 “Os muros e cercas de fronteira construídas já feitos **ou** em construção no mundo poderiam dar uma volta e meia em torno do Brasil” observa-se

que no eixo sintagmático a marca discursiva “ou” semântiza a ideia de alternância, depreendendo que tanto os muros e cercas de fronteira construídas, quanto os em construção no mundo, poderiam dar uma volta e meia em torno do Brasil. Do ponto de vista discursivo, o muro e a cerca, no recorte nº 1, são tidos enquanto acontecimento discursivo, isto é, o discurso “ou” faz com que haja uma atualização entre o muro e a cerca memoráveis com a atualidade, na ordem simbólica.

Desse modo, possibilita pensar o muro enquanto acontecimento discursivo, “ponto de partida entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2006. p. 19), ou seja, há uma inscrição da língua na história, na produção de sentido, que permite depreender, neste caso, a memória discursiva do que seja o muro. A expressão “Muros” no enunciado “Os muros e cercas de fronteira construídas já feitos **ou** em construção” estabelece um ponto de encontro, na ordem simbólica, entre a memória discursiva (os muros já construídos) com a atualidade (os muros em processo de instalação), isto significa pensar o muro enquanto atualização da memória.

A memória aqui, é compreendida como aquilo que já foi dito em determinada condição e que inconscientemente é retomada como um pré-construído. “O saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sobre a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da base”. (ORLANDI, 1999, p. 31). O muro, nesse caso, é significado enquanto produto sócio-histórico ideológico, que se diz produzindo efeito de sentido no espaço. O muro, no discurso da revista *Veja*, faz pensar como a língua constrói o sentido e que este não está na literalidade das palavras, isto é, não se detém a opacidade da materialidade, mas advém de uma memória produzida anteriormente, pelos sentidos transversos, como já ditos, neste trabalho, aos muros de Jerusalém, Berlim e China, entre outros. Há sentidos em movimento, “é como se o passado nevasse sobre nós”. (ROBIM, 2016, p.26). Ou seja, um retorno.

Nesse recorte 1, os sentidos de muro e cerca são atravessados por formações discursiva que se constituem em uma tensão entre paráfrase e polissemia. Entendemos, com Orlandi (1988, p.36) que todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos.

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim aos mesmos espaços do dizer. Produzem diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

A partir da autora depreende-se que o funcionamento da paráfrase efetiva-se pelo apagamento da diferença, produzindo, assim, o mesmo, ou seja, uma homogeneidade dos sentidos. Já na polissemia ocorre um processo de ruptura, deslocamentos e equívocos, produzindo sentidos distintos. No que se refere ao nosso objeto simbólico, o discurso que se tem sobre a divisão da territorialidade entre muro cerca, etc, é um mesmo que se repete. Assim, o sentido de muro instala o sentido de cerca, em uma tensão parafrástica, como se os mesmos tivessem uma mesma insígnia. Em síntese, são sentidos que se repetem, que não se constituem em um novo, a polissemia. Portanto, não há distinção de sentidos entre cercas e muros no recorte, já que os mesmos irrompem a transição do sujeito.

No R1, linha 3, o enunciado “Eles aliviam a insegurança da população mas não são impermeáveis aos inimigos” é constituído pelo marcador discursivo “mas” possibilitando que duas posições se juntem, opondo-se discursivamente, sentidos que se contradizem. Isto é, há um entrecruzamento de duas formações discursivas. A primeira no enunciado “Eles aliviam a insegurança da população” o muro como espaço de resistência, segurança da posição sujeito a população. A segunda posição no enunciado “mas não são impermeáveis aos inimigos” remete ao muro como impermeável à posição sujeito inimigo. Pode-se dizer que há um jogo discursivo, pelo funcionamento “mas”, o que sobredertermina a segunda formulação em detrimento a outra, de maneira que o muro é significado permeável, ou seja do ponto de vista discurso sujeito a falha e a equivocidade.

O enunciado “Os muros e cercas aliviam a insegurança da população, **mas** não são impermeáveis aos inimigos”, a palavra “mas” funciona pela formulação, como uma contradição. Chama-se a atenção, também, para o sentido no verbo “aliviar”. Neste permeiam sentidos sobre o ótico, panóptico, do impedir a entrada sem que se possam saber se estão ou não sendo observados, porém não são impermeáveis. Isto é há o “olho que vê”, mas não garante a segurança, apenas alivia. A conjunção aditiva “e” no trecho “Os muros e cercas” é tomado não apenas pela sintaxe gramatical, mas o modo de funcionamento que interliga sentidos. Pela linguagem depreende-se que os muros e as cercas são instrumentos que aliviam a insegurança da população contra os “inimigos”. Há um confronto ideológico entre os de dentro e os de fora do muro, isto é, entre a posição sujeito população x inimigo.

O muro funciona enquanto divisor das relações sociais. Em que a posição sujeito “inimigo” torna-se uma ameaça à posição sujeito “população”. Mas que tipo de ameaça

há entre a posição sujeito inimigo em relação a posição sujeito população? Há um silenciamento no que diz respeito ao motivo do confronto entre as posições sujeito “população” x “inimigo”. Diante disso, pode-se dizer que “há uma necessidade da língua em incorporar o jogo da contradição entre as posições sujeitos. A língua, desse modo, é esse lugar do poder da tensão”. (LAGAZZI, 1988, 93).

O muro entre nações emerge em uma conjunção imaginária, como absoluto em impedir o tráfego da posição inimigo. O lugar do proibido irrompe o sentido da transgressividade. No dizer os muros “não são impermeáveis aos inimigos” há posições antagônicas que resistem, não submete à ideologia dominante, ao poder instituído. A resistência, por sua vez, “é a batalha do sujeito pelo direito de se colocar, de não aceitar a coerção”. (LAGAZZI, 1988, p. 97). Uma posição imersa na tensão entre direitos e deveres, em suas legalidades e proibições. Conforme Lagazzi (1988, p. 97), “segundo uma visão absolutista do poder, que vê no exercício deste fechamento do espaço do outro, o contraponto do poder e a submissão”, isto é, o muro se colocando, no enunciado, como ineficaz no sentido de impedir a posição sujeito inimigo de trafegar.

O enunciado “Eles aliviam a insegurança da população” funciona como pré-anúncio à situação que será colocada posteriormente. O que semantiza a situação, apesar de a política de segurança ver no muro uma estratégia de segurança e de coibir a entrada de imigrantes, é que os muros têm deixado de exercer seu sentido de impermeabilidade e de limites aos imigrantes. Isto remete à memória que constituiu socio e historicamente o muro, em distintas nações, em que cada qual tem a sua historicidade, conforme consta no capítulo I, sobre a Muralha da China, o Muro de Jerusalém, e o de Berlim.

Os muros têm o sentido de reversão, configurados por divisões, posições antagônicas. De um lado, a construção dos muros funciona dentro de uma estratégia política; de outro lado, a globalização pelo efeito da internacionalização se coloca na posição daquela que elimina fronteiras. Porém, como esse discurso da proteção se mostra como não consistente politicamente? Em outras palavras, como o muro protege ideologicamente as nações? Discursivamente, o muro se coloca como esse divisor entre duas posições de extrema oposição, o que consiste em pensa-lo enquanto materialidade discursiva entre os conflitos ideológicos.

O enunciado “Após a década de 90, **contudo**, começou a sofrer um efeito reverso: a multiplicação de muros em fronteiras nacionais”, diz sobre o efeito reverso, da equivocidade na construção do muro que se dá a ler pela língua, e questionar pela língua quais as condições de produção que permeiam o sentido de muro durante a década de 90?

Assim, o que distingue o muro entre antes e após a década de 90? No enunciado, o efeito da reversão ideológica, consiste pela conjunção- contudo- como algo a se questionar em dizer que embora houvesse a derrubada do Muro de Berlim¹⁶, ocorreu o reverso. Isto é, em vez de coibir as construções dos muros, ocorreu a multiplicação dos muros e cercas em distintos territórios. Dessa forma, o efeito da globalização, funcionou como uma forma de descolonização, em que sujeitos se deslocaram para outros países a procura de melhores condições de vida. De outro modo questionamos: O muro, entre nações, funciona como uma forma de interromper o efeito da globalização? Isto nos leva a pensar no modo como o muro é o lugar da interdição simbólica, física, econômica, social, cultural e política entre nações.

RECORTE 2

Nesta semana, a Hungria completa a **cerca** ao longo dos 170 quilômetros de fronteira com a sérvia . **Com 4 metros de altura, tem a função de impedir a entrada de refugiados** vindo principalmente do Oriente Médio, na Europa. O Quênia, a Arábia Saudita estão implantando **barreiras semelhantes** para **conter grupos Jihadista vinda respectivamente da Somália, do Iraque e da Síria**. Israel já ergueu **um muro para conter a infiltração de terroristas** da Cisjordânia e planeja fazer algo parecido na fronteira com a Jordânia, dessa vez para proteger-se do Estado Islâmico (EI). (Veja, 2015, Watkins, nº 1473, 2 setembro de 2015. p.68-70, grifo nosso)

Conforme Lagazzi (1988, p. 25), “o sujeito se constitui no interior de uma formação discursiva, mas, ao mesmo tempo constitui uma relação própria com essa formação discursiva, relação essa permeada pela história desse sujeito” (p. 25). Desse modo, no recorte 2, pelo discurso, pode-se depreender diferentes posições sujeito, que se dizem significando o “muro”, em uma palavra: a memória discursiva. O conceito de memória discursiva, é trabalhada por Pêcheux através da categoria teórica do interdiscurso, possibilita que os dizeres façam sentido, corresponde a algo dito anteriormente, em outro lugar, em outras condições.

No enunciado, “Nesta semana, a Hungria completa a **cerca** ao longo dos 170 quilômetros de fronteira com a sérvia. Com 4 metros de altura, tem a função de impedir a entrada de refugiados vindo principalmente do Oriente Médio, na Europa”. Vejamos que, semelhantemente, ao muro as cercas presentificam um modo de divisão. De modo que as cercas e muros se constituem em uma mesma insígnia, já que tanto o muro, quanto

¹⁶ Muro que dividia duas posições ideológicas, o comunismo e o socialismo. Ver página 11.

a cerca são materialidade que delimitam o espaço, servindo-se como fronteira com a sérvia. No dizer “Com 4 metros de altura, **tem a função de impedir a entrada de refugiados** vindo principalmente do Oriente Médio, na Europa”. A cerca ou o muro entre as nações, neste recorte, são significados como espaços de delimitação de sentidos, de interdição da posição sujeito refugiado vindo principalmente do Oriente Médio da Europa. Pode-se dizer que o muro e a cerca entre nações interpelam o sujeito impedido-o de transitar. Sustentado-se pelo efeito do pré-construído de que o muro impede a entrada dos inimigos. Dessa forma, a interdição impõe-se como “marca significante distinguindo o lado do aberto e o lado do fechado”. (SOUZA, 1999, p. 72).

No enunciado “O Quênia, a Arábia Saudita estão implantando **barreiras semelhantes** para **conter grupos Jihadista** vindos respectivamente da Somália, do Iraque e da Síria”, observa-se um desdobramento, uma ideia que dá uma formatação ampla ao muro em relação às nações. Que o enunciado diz respeito a barreira, de maneira que a Quênia retoma ao mesmo uso de barreira, tal como, a Arábia. As barreiras pelas posições sujeitos Quênia e Arábia, de conter a posição sujeito Jihadista. Chama atenção, no enunciado, o uso do verbo “conter”. No dicionário Houaiss (2010, p. 194) o verbete é significado como “1. Reprimir 2 Manter dentro de certos limites ou sob controle”. Isto é, dizer que a Quênia e a Arábia estão implantando barreira para conter grupos Jihadista, estabelece, assim, uma certa ordem, controle, limites de território em relação a posição sujeito Jihadista .

No dizer “E Israel já ergueu um muro para **conter** a infiltração de terroristas da Cisjordânia e **planeja fazer algo parecido** na fronteira com a Jordânia, **dessa vez para proteger-se** do Estado Islâmico (EI)”. O muro é atravessado por diferentes formações discursivas, que significa-o de distinta forma. O muro tem o sentido, pela formulação, de conter as infiltrações dos terroristas da Cisjordânia. Isto é, o muro estabelece limites entre distintos territórios. Em contrapartida, há um outro modo de reverberar sentido para o muro, pela posição de Israel. De acordo com o enunciado, Israel, também planeja fazer algo parecido, com a fronteira com a Jordânia. Contudo, com sentido distinto em relação ao muro com a Cisjordânia, isto é, o muro com a Jordânia permeia sentidos de “proteção”. O verbo “planejar”, no enunciado, se diz sobre um alhures, irrealizável. Em suma, a significação do muro, no enunciado, joga com a relação que se estabelece entre as distintas nações, de modo que se diz de uma mesma nação, com sentidos distintos de muro, em relação à nação x e y. Isto são movimentos de sentidos em relação à formação discursiva.

RECORTE 3

Muitos muros são erguidos **como uma reação natural ao avanço do comércio multilateral**, à rapidez das comunicações e ao barateamento dos transportes. “**A globalização criou uma sensação de insegurança em muitos indivíduos. Os muros reverterem isso ao reafirmar a identidade nacional e a soberania dos países**”, diz a geógrafa Elisabeth.[...] A ideia de fortificar fronteiras é tão antiga quanto a movimentação humana pela Terra. **As primeiras divisórias físicas entre povos remontam ao século II a.c quando a Muralha da China foi concluída.** (Veja, 2015, Watkins, nº 1473, 2 setembro de 2015. p.68-70, grifo nosso).

No enunciado “Muitos muros são erguidos como **uma reação natural** ao avanço do comércio multilateral, à rapidez das comunicações e ao barateamento dos transportes”. Observa-se que há uma pluralização de distintos motivos que desencadeiam a construção dos muros em distintos países. A formulação toca nas relações de comércio, do avanço do capitalismo entre os países e o muro torna-se o limite de sentidos. Dizer que os muros são erguidos como uma reação natural, significa que os muros, dispõem de forma transparentemente, de impedir, as relações sociais, comerciais, econômicas e políticas entre países, apagando, nesse processo, o atravessamento político, histórico e ideológico pelo efeito da globalização.

No dizer “A globalização criou uma sensação de insegurança em muitos indivíduos. **Os muros reverterem isso** ao reafirmar a identidade nacional e a soberania dos países”, faz pensar nos efeitos de contradição que se estabelecem entre o muro e o processo de globalização nos países. A globalização ao aproximar as diferentes nações, pelo âmbito econômico, social, cultural ou político, produz uma sensação de liberdade; contudo, a emergência de construção dos muros reverterem essa sensação de efeito global e tece pelas relações exteriores a de insegurança a população, de modo que rompem com as relações entre países, reafirmando a identidade e a soberania. Nesse espaço simbólico, os países cerceados pelos muros investem de formas delimitadas de poder, de identidades, de valores e de leis. A soberania e a identidade produzem territórios, semanticamente, estabilizados, com seu modo distinto de identificar e significar, em sua lei, valores, cultura e leis.

Os muros, fronteiras entre países, foram feitos para não serem atravessados. Nesse espaço simbólico investe-se de formas delimitadas de poder, de identidades, de valores e de leis. Verticalizam-se pelas políticas de delimitação, definindo quem é legalizado para

atravessar. Justamente em um mundo globalizado a posição sujeito estrangeiro aparece como uma. Tomamos esse espaço que entrecruza o sujeito enquanto “O espaço simbólico em que se tecem as relações humanas é um espaço abrupto: choque dos corpos, humores, espaços”. (BARBAI, 2008, p. 86).

Num segundo plano essa restrição se potencializa por conta daquilo que representa imaginariamente esse outro que quer entrar e viver fora de sua casa: um estranho, uma massa de estranhos. O migrante representa, assim, a fronteira entre ‘nós’ e ‘eles’. Não se trata mais de coibir o migrante, mas a massa (o fluxo) em constante mobilidade. (BARBAI, 2008, p. 85).

Depreende-se que o sujeito migrante é, imaginariamente, projetado como sujeito “estranho”. Caberia questionar quem são os estranhos? Estranhos para quem? Estranhos em que sentidos? O Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa¹⁷, a palavra “estranho” é significada como o: Adj. 1. Fora do comum, desusado, novo, anormal. 2. Que é de fora, externo, estrangeiro, alheio; 3. Singular, esquisito, extraordinário, extravagante, excêntrico. 4. Misterioso, enigmático. S.m. 5. Indivíduo que não conhecemos. 6. Indivíduo que não pertence a uma corporação ou há uma família. 7. P.us. Indivíduo estrangeiro. Pelo verbete do dicionário, para que o sujeito seja interpelado em “estranho” não basta ser desconhecido, é necessário ser o sujeito de “fora”, o “externo”, “nós” e os “eles”, entre os “comuns” e os “estranhos”. São fronteiras que delimitam espaços da exclusão, dos “de dentro” em relação aos “de fora” apresentada pela citação, “fronteiras internas desenhada entre o eu privado e a sua inscrição social na relação com a alteridade”. (ZOPPI, 1999, p.62). Com o Outro que o constitui e significa-o, enquanto, “estranho”.

O enunciado “As primeiras divisórias físicas entre povos remontam ao século II a.c quando a Muralha da China foi concluída”, é atravessado por uma memória discursiva em relação ao muro, reafirmando assim, a ilusão do muro enquanto origem, quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes. No enunciado em análise as primeiras divisórias entre povos remontam ao século II a.C. quando a Muralha da China foi concluída, o que significa o muro enquanto, acontecimento discursivo¹⁸. Pensar o muro como memória, submeter-nos ao efeito da memória que constitui as condições de produção. Dessa forma,

¹⁷ Editora Nova Fronteira. RJ, 1986, p.726.

¹⁸ Para Pêcheux (2006), o acontecimento discursivo é o ponto de encontro entre a atualidade e a memória. A memória histórica está presente na atualização enunciativa, ao dizer nos inscrevemos numa memória discursiva.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que remota sob uma forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2010, p.31).

Depreende-se, conforme Orlandi (op.cit.) que todo discurso, se constitui por um saber discursivo. Portanto, é pelo interdiscurso que a memória discursiva se presentifica, isto é, definido como aquilo que fala antes, em outro lugar independentemente da vontade do sujeito. Assim, o sentido de “muro” é atravessado pela sua historicidade, isto é, (re)significa não tão somente pelo seu estado atual, mas pelo seu percurso sócio-histórico. Desse modo, o muro é constituído pelo contexto sócio-histórico-ideológico enquanto acontecimento. A noção de muro se significa pela memória discursiva, diz respeito ao sujeito, à historicidade que o constitui, e que tem a ver com distintas condições de produção. Isto pode ser observado ao abordarmos sobre os primórdios, como a Muralha da China, de Jerusalém, Berlim, entre outras. Portanto há um Outro (memória discursiva) que atravessa o sentido do muro no texto do discurso jornalístico. O funcionamento da linguagem faz pensar o que Pêcheux (1995) formulou atentando-se que a língua se inscreve na história para significar.

RECORTE 4

Os Romanos construíram **as muralhas de Adriano no Século II** na fronteira entre o que hoje são a Escócia e a Inglaterra. **Ambas tinham o sentido militar, já os muros da atualidade possuem o significado principalmente político, com o objetivo de combater a criminalidade.** [...] questões de **fronteira frequentemente, são explorados por políticos que pretendem apelar para os sentimentos nacionalistas e para o medo dos estrangeiros a fim de ganhar votos, ou legitimação do cargo, como é o caso da Venezuela** que possui eleições legislativas na data de dezembro e os partidos da situação correm o risco de com menos da metade dos votos, perdendo a maioria na Assembléia Nacional. “A saída de culpar um inimigo externo é a saída do governo para tentar ao menos manter os 25 % de apoio chavista até o pleito do final do ano” diz a analista político venezuelano Alfredo Keller. (Veja, Watkins ,2015, nº 1473, 2 setembro de 2015. p.68-70, grifo nosso).

No recorte 4, o “muros” e “fronteiras” são significados por diferentes formações discursivas e ideológicas que constituem o discurso. Isso significa dizer, que o discurso é

constituído por sujeito e pela ideologia.

No enunciado “os Romanos construíram as muralhas de Adriano no Século II na fronteira entre o que hoje são a Escócia e a Inglaterra. Ambas tinham o sentido militar, já os muros da atualidade possuem o significado principalmente político, com o objetivo de combater a criminalidade”. Há confluências de sentido, oposições ideológica, que permeiam as divisões dos espaços pelas fronteiras e pelos muros. A fronteira entre as posição Escócia e da Inglaterra, no texto, coloca-se como “um discurso marcado por entraves e bloqueios, negações e denegações que, de diferentes formas, limitam ou inviabilizam as possibilidades de rupturas”. (SILVA, 2006, p. 133). De maneira que a fronteira, discursivamente, verticaliza sentidos da interrupção, dos limites entre territórios.

No enunciado “já os muros da atualidade possuem o significado principalmente político, com o objetivo de combater a criminalidade”, há rupturas de sentido, no modo de discursivizar o muro, na atualidade. No texto, o muro, na atualidade, possui sentido político, isto é, atravessado pelo pré-construído, de que o muro tem a sua função de dividir, de sanvalguardar o território. Assim, pelo discurso, há um efeito provocado pelo retorno da memória, de maneira que sobre o muro, funciona como um já-dito discursivizado antes, pela cidade Medieval. Podemos alargar e remeter pela constitutividade da Muralha da China, de Jerusalém e Berlim, entre outros, que ainda, produz efeitos de sentido nas relações sociais da cidade contemporânea. Ou seja, o muro funciona como uma ferramenta, instrumento de proteção, segurança. Em outras palavras, o muro produz efeitos de sentidos na sociedade, uma vez que é atravessado por discursos, por múltiplos sentidos.

Desse modo, há um já dito que verticaliza o muro, no discurso jornalístico, uma (re)atualização da memória, e “que sustenta a possibilidade mesma de dizer: conjunto do dizível que torna possível o dizer e que reside no fato de que algo fala antes, em algum outro lugar”. (ORLANDI, 1998, p. 9). É a ideologia que naturaliza o que é produzido na relação do simbólico com o político. De forma que, ao conhecermos as diferentes situações, condições de produção, entendemos que a territorialização do muro tem seus limites visíveis pela representatividade de sua estrutura, seu modo de produzir a segregação, a divisão de pertencimento. Para Orlandi (2007, p. 296), o político “reside na divisão dos sujeitos e dos sentidos já que a nossa formação social é regida pela diferença, pela divisão, pela dispersão”. Ou seja, o muro estabelece na sociedade a divisão, enquanto acontecimento discursivo. E o trabalho do analista de discurso incide em atravessar o

efeito dessa literalidade e questionar as evidências.

No recorte em que se diz: “fronteiras frequentemente, são explorados por políticos que pretendem apelar para os sentimentos nacionalistas e para o medo dos estrangeiros a fim de ganhar votos, ou legitimação do cargo, como é o caso da Venezuela”. Nesse sentido, ideologicamente, as fronteiras ao delimitar uma nação, significam o sujeito e a sua nacionalidade, com seu modo específico de língua, cultura e organização social, religião e política, e isto, nos faz pensar no modo como o sujeito se assujeita e é assujeitado a determinado espaço para se significar.

Desse modo, há sentidos nacionalistas, no texto, que delimitam e significam o espaço e o sujeito. No dizer “e para o medo dos estrangeiros a fim de ganhar votos, ou legitimação do cargo, como é o caso da Venezuela” há um jogo, disputa política, entre a posição sujeito “político” e a posição sujeito “estrangeiro”, no que se refere as fronteiras. A posição estrangeiro, no texto, se coloca como aquele que ocupa, não tão somente o território, como também, os votos e o cargo. Desse modo, a questão dos limites, fronteiras é significado enquanto confrontos, tensões que são próprio das diferenças das posições políticas, ideológicas do sujeito, no discurso. A segregação constitui-se e significa-se em suas distintas posições antagônicas, confrontos ideológicos.

RECORTE 5 E agora? para onde Trump levará o mundo?

Ao menos o muro separando Estados Unidos do México, promessa mais emblemática de Trump, não deverá ser erguido. Apesar de o presidente eleito ter confirmado na coletiva de imprensa da quarta-feira 11 que a construção está de pé e que pretende enviar a conta para os mexicanos, os custos superiores a US\$ 25 bilhões e as dificuldades operacionais de um projeto desse porte inviabilizam a obra. Para não desagradar seus eleitores, no entanto, o empresário deve recorrer a uma barreira policial, **ao invés de física**, com endurecimento de leis de imigração e aumento do aparato de segurança das fronteiras. O mesmo se dá em relação à reforma de saúde do Obamacare. A promessa inicial era acabar com o projeto, mas as 20 milhões de pessoas atendidas pela medida inviabilizam sua dissolução. Trump prometeu substituir o programa, mas não explicou exatamente pelo quê. “Em relação ao muro, em relação ao Obamacare, em relação à política internacional, a retórica de Trump é sempre mais forte do que a prática”, diz Ricardo Mendes, da Prospectiva. (ISTO É, Meira, 13.01.2017, nº 2454, p.70-73, grifo nosso).

No recorte 5 veiculado pela revista *Isto é*, publicado em 13/01/2017, intitulado “E agora? para onde Trump levará o mundo”, há um entrecruzamento de diferentes formações discursivas que permeiam as formações imaginárias sobre a construção do muro. De um lado, os Estados Unidos e suas relações sociais com outros países. De outro,

o rompimento das relações sociais com o México. A questão é compreender, pelo discurso, o modo como a promessa de divisão pela estrutura física do muro mobiliza sentidos na confluência entre os Estados Unidos em relação ao México. É possível apreender, pelo no recorte (05), um jogo de interesse, de pertencimento, que provem das formações imaginárias que o discurso produz. São relações políticas, socioeconômicas, posições antagônicas.

No enunciado “Ao menos o muro separando Estados Unidos do México, promessa mais emblemática de Trump, não deverá ser erguido”. Pela base da língua, na sintaxe, observados pelo funcionamento do discurso, os advérbios “ao menos” e “mais” embora, sintaticamente, ter o efeito de sentido de intensidade, no discurso os termos menos e mais trabalham sentidos opostos. Esse jogo discursivo nos diz sobre a não construtividade do muro, que se encontra apenas em promessas de Projetos Políticos dos Estados Unidos. O muro, discursivamente, no texto publicado pela revista *Veja* se significa como o lugar do irrealizável e do alhures, pelo dizer, promessa mais emblemática de Trump. Nele ecoa sentido da não-efetivação do muro, porém faz pensar o devir da projeção desse imaginário do muro. Diz, ainda, que o presidente terá que “recorrer a uma barreira policial, **ao invés de física**, com endurecimento de leis de imigração e aumento do aparato de segurança das fronteiras”. Esse gesto político é tomado pelo discurso de segurança física em relação a nação. Ou seja, a possibilidade de construção do muro tem um deslocamento para questões jurídicas, as leis. De modo que o discurso veiculado pela mídia tem um modo de interpelar, de produzir no sujeito leitor sentidos múltiplos.

O recorte (6), (abaixo), é veiculado pela revista *Veja* publicada em 19/11/2014¹⁹, e corresponde à chamada “Por que o muro caiu”. A questão é quais são as formações discursivas que verticaliza o muro, na revista? De qual muro a revista se trata? Quais as condições de produção desse muro? Do ponto de vista léxico a materialidade do enunciado “Por que o muro caiu” é profundamente opaco. A sintaxe do enunciado permite deixar em suspenso a designação da identificação do muro: A pergunta abre-se para que o interlocutor questione a linearidade da sintaxe, quando questionado pelo discurso. O apagamento da historicidade indica um complexo efeito do retorno, a leitura linear. quando questionado o enunciado “Por que o muro caiu” é possível pensar as diferentes posições ideológicas que vem sobredeterminando um acontecimento discursivo, que se

¹⁹ Revista *Veja* publicada em 19/11/2014 com a temática “Por que o muro caiu”

textualiza no recorte do texto sobre o muro de Berlim.

RECORTE 6 Por que o muro caiu

O muro de Berlim caiu simplesmente porque os cidadãos que viviam presos atrás dele o derrubaram. Caiu porque não era incapaz de eliminar as razões que fazia com que os alemães-orientais quisessem escapar do regime comunista. A divisão territorial, econômica política e cultural de um mesmo povo, aliado ao fato de correr no centro da europa, na fronteira entre o leste comunista e o oeste capitalista, transformou a Alemanha em um laboratório comparativo das duas ideologias em confronto durante a Guerra fria. (Veja, Shelp, 19. 09. 2014, nº 3356, p. 70-72, grifo nosso).

No recorte (6), o muro de Berlim inscreve-se em um confronto de sentido que se constitui entre duas posições ideológicas, o comunismo e o capitalismo. O que se faz necessário questionar, nesse percurso, são as condições de produção dessa divisão? No enunciado “o muro de Berlim caiu simplesmente porque os cidadãos que viviam presos atrás dele o derrubaram. Caiu porque não era incapaz de eliminar as razões que fazia com que os alemães-orientais quisessem escapar do regime comunista. A divisão territorial, econômica política e cultural de um mesmo povo”, o muro de Berlim, configura-se, no enunciado, como um acontecimento discursivo, constituído por “retomadas, deslocadas, invertidas, de um lado a outro do campo político” (PECHÊUX, 2006, p. 20). Há confrontos, ideológicos em relação ao muro, de maneira que esse confronto não se estabeleceu entre as posições comunista e capitalista, mas entre a posição sujeito com seu próprio sistema vigente. Desse modo, o muro de Berlim, no enunciado, significou como uma divisão territorial, econômica, política e cultural, entre a oposição ideológica de um mesmo povo, “escapar do regime comunista”.

A leitura engendrada até aqui, nos permite dizer, que o muro, enquanto discurso, é (re)significado em distintas condições de produção. Diante disso, nos possibilita dizer que o sentido do/sobre o muro nos distintos espaços, “não é uma tarefa operária de cálculos”. (ORLANDI, 1996, p.5). O sentido de “muro” (re)significa a partir dos diferentes sujeitos que se inscrevem na história. Afinal, o sentido de muro sempre poderá “a vir ser outros” (ORLANDI, 1995) pelo fato de o sujeito se constituir e se significar entremeio aos fatores sócio-histórico-ideológicos. Dessa forma, compreender o “muro”, como discurso, faz pensar no modo como o discurso constrói o sentido e que este não está na literalidade das palavras, isto é, não se detém ao pré-construído, à opacidade da palavra dicionarizada, mas sempre constituído em formações discursivas.

Analisar o muro, no discurso midiático, das nas revistas jornalísticas, *Veja e Isto* é, nos fez pensar na mobilidade do sentido, a amplitude da mídia, no reconhecimento da importância do questionamento da significação, como lugar de interpretação. De modo que o sentido de “muro” varia conforme as distintas posições-sujeito, que constituem as condições de produção. Nesse entendimento, os dizeres sobre o “muro” não são tidos isoladamente, é preciso que tomem as condições de produção do discurso.

A significação de uma distinta palavra coloca em questão o funcionamento da linguagem, pois o sentido não provém da palavra em si, mas resulta da formação discursiva a que se remete e que a produz, já que o sujeito é um sujeito ideológico. E é pelo discurso que se pode analisar a relação entre língua e ideologia, compreendendo assim, o modo como “a língua produz sentido por/para o sujeito” (ORLANDI, 1999, p.17).

Há confrontos de sentidos que se significam no discurso, de modo que o sentido não está a literalidade da palavra, do discurso. Assim, a questão sobre o muro demanda leituras, em específico, do local que se diz sobre o muro. Estes já não são tidos apenas como barreira material, mas como limites, invisíveis, mas que funcionam como fronteiras de sentidos e por isso (des)provido de passagem. Permitem diferentes gestos de leitura, questionamentos entre as diferentes formações discursivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso deste trabalho, as leituras, imersão teórica possibilitou-nos compreender o muro não como um suporte com a função de desagregar, mas como discurso, que interpela o indivíduo em sujeito pelas relações de sentidos, posições ideológicas. Pensar o muro, discursivamente, significou tomá-lo como o lugar do atravessamento da memória discursiva, da atualização da memória.

De modo que há diferentes significações, sentidos cristalizados sobre o muro e que tem a ver com a memória discursiva, em uma distinta época. Essa leitura que tece sentidos sobre o muro nos permitiu observar que a muralha da China tem o sentido de expandir território estrangeiros, o que significa o muro como produto do colonialismo expansivo. O muro de Jerusalém tem o efeito de sentido que remete ao de proteger a religião cristã de Jerusalém, contra as religiões consideradas pagãs. E o muro de Berlim atravessado por posições políticas e ideológicas entre o comunismo e o socialismo, por sentidos socio econômico e político e cultural. Em outras palavras, cada muro teve no seu percurso a historicidade constitutiva que não é transparente, mas que funciona como se fosse evidente.

Na cidade contemporânea muro é significado com o lugar de delimitação dos sentidos públicos e privados, no poder local, e funciona como operador do discurso jurídico, do direito à inviolabilidade. Obtém-se que na cidade criam-se mecanismos tecnológicos, como os ofendículos, ideologicamente, com a função de se intensificar o discurso da inviolabilidade, o que aponta para a posição sujeito e para a violência urbana. Ideologicamente, o muro, perpassa-se como evidente e naturalizado, apagando-se, assim, o que é produzido pela história. De maneira que ao conhecermos as diferentes situações, condições de produção, entendemos que a territorialização do muro tem seus limites visíveis pelo concreto, porém há muros invisíveis que territorializam sentidos. Há um pré-construído que perpassa o muro, de modo que, funciona como um já-dito, como aquilo discursivizado antes, que vem pelo funcionamento da linguagem desde tempos imemoriais no gesto de construção, como o da Muralha da China, Jerusalém, Berlim e entre tantos outros que ainda produz efeitos de sentido nas relações sociais da cidade contemporânea.

Nos discursos jornalísticos veiculados pelas revistas *Veja*, *Isto é* o muro é

atravessado por distintas posições ideológicas que significa-o distintamente. Isto é, o sentido de “muro” não se prende ao pré-estabelecido, da literalidade à palavra, varia conforme as distintas posições sujeito que constituem as condições de produção. Nas revistas jornalísticas coloca-se, pelo discurso, o jogo das formações imaginárias dos sentidos sobre muro. O sentido não provém da palavra em si, mas resulta da formação discursiva a que se remete e que a produz no social, determinados ideologicamente.

Portanto, pode-se dizer que o “Muro” é constituído por diferentes filiações históricas que se verticalizam, e isto, nos faz pensar no modo como ele é significado em suas distintas condições de produção, em distintas épocas. É preciso que se compreenda a palavra e que esta significativamente, “produz uma mexida na rede de filiações e isto acontece em condições de produção específica” (ORLANDI, 2012 p. 21), o que é chamado de fuga de sentidos, distintos sentidos de uma palavra por diferentes formações discursivas, produzindo posições sujeito distintos e diferentes efeitos de sentido. Desse modo, o muro, neste estudo, tornou-se o lugar da interpretação e de compreensão da manifestação da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos.

Comprendemos que o sentido se diferencia nas condições de produção que atravessa na sociedade. Então, essas relações devem também ser compreendidas como constituintes do processo de significação. Inclui a compreensão das condições de produção do discurso, considerando que “O sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio histórico em que as palavras são formadas”. (ORLANDI, 1999, p. 42). A ideologia é, assim, o efeito da relação do sujeito com a língua e com a história.

Portanto, pensar o muro, como discurso, nos permitiu compreender o sujeito e a situação, o discurso é a condição necessária para a existência do sujeito, o que demanda dizer que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2009, p. 17). No discurso, o sujeito advém do processo de interpelação. Observamos que o muro é uma forma também de interpelação do sujeito em sociedade, uma vez que tem Constituição Federal de 1988, o discurso jurídico que diz da inviolabilidade legitimado pelo Artigo 5º. De modo que a normatização jurídica nos possibilitou pensar os gestos de interpretação sobre a organização do espaço urbano, pela materialidade discursiva. O muro, discursivamente, abre-se para outras fronteiras discursivas, ideológicas.

Assim, esta pesquisa nos permitiu compreender a língua não como uma unidade fechada, mas aberta para diferentes significações, lugar em que se tem acesso à ideologia, a posição sujeito e ao sentido, já que o sentido em relação ao sujeito se constitui de forma

simultânea. Diante disso, nos possibilita dizer que o sentido no discurso “não é uma tarefa operária de cálculos”. (ORLANDI, 1996, p.5). Em outras palavras, pensar a língua, significa atravessar o efeito da evidência do sentido.

Em nosso trajeto de leitura, observamos que o muro funciona como um modo de territorialização de sentidos, e isso produz uma interceptação em nome do pertencimento e do não pertencimento a determinado espaço.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*: Notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro, GRALL, 1985.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. Tradução Estela dos Santos, Campinas SP: Papiros, 1993.

ARAÚJO, Cicero. Bentham, *o Utilitarismo e a Filosofia Política Moderna*. Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006.

BARBAI, Marcos Aurélio. *A escrita de verbetes para a Encidi: privado e privacidade*. In: Entremeios: revista de estudos de discurso. V. 13: 2016, artigo, Campinas SP. Disponível em < <http://www.entremeios.inf.br>.

_____. *Ver no já visto imagem e filiação*. In: coleção hiper saberes. V. II: 2009, artigo, Santa Maria. Disponível em www.ufsm.br/hipersaberes.

_____. *Discurso e identificação: o migrante brasileiro clandestino deportado*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. Cultrix, SP: 1977.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, Editora tecnoprint S.A.1988.

BLACKBURN, Robim. *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros*: Crimes, segregação e cidadania em São Paulo, ed. 34, Edusp, 2000.

CAPEZ, Fernando. *Curso de direito penal*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

COSTA, Greciely Cristina. *Sentidos de milícia*: Entre a lei e o crime. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. *O chapéu de Clémentis*. Observação sobre a memória e os esquecimentos na enunciação do discurso político. Tradução de Marnie Rodrigues de Rodrigues. In INDURSKY, Freda; Ferreira, Maria C. L. (org). Os múltiplos territórios da Análise de Discurso. P. 15-22. Porto Alegre: Editora Sagra- Luzzatto, 1999.

DIAS, C. *Urbano: a forma material do eletrônico no urbano*. In. Urbano: Sentido do espaço urbano/digital [online], 2011. Consultado no portal Labeurb <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>>, Laboratório de Estudos Urbanos, Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, Universidade Estadual de Campinas.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro Instituto Antônio Houaiss. Ed. Objetiva, 2010.

DI RENZO, Ana Maria. *La Lengua de nunca acabar: o rela da língua e o real da história*. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (org). Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Clara Luz, 2005.

_____. *O texto nas Práticas Linguísticas Escolares*. In: Linguagem, história e memória-discursos em movimento, Campinas: Pontes Editores, 2011.

FERRARI, Celson. *O Dicionário de Urbanismo*. São Paulo: Disal, 2004.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Discurso: conceito e movimento*. In oficina de análise de discurso: conceitos em movimento 1ed. Campinas: Pontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. *Cidade, Linguagem e tecnologia 20 anos de história*. Campinas SP, Labeurb, 2013.

HENRY, Paul. *Apêndice: Sentido, Sujeito, Origem*. In Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: 1993.

HAROCHE, Claudine. *Fazer Dizer Querer Dizer*. Tradução Eni P. Orlandi. Colaboração Freda Indursky e Marise Manuel. Hucited, SP, 1992.

LAGE, N. *Linguagem Jornalística*. São Paulo, Ática, 2003.

LAMAS, José M. Rossano Garcia. *Morfologia Urbana e desenho da cidade*. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian 2004.

LAGAZI, Suzi. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. Tradução – Rubens Eduardo Frias. SP: Centauro editora, 2001.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. SP: fundação Editora da UNESP, 1998.

LEITE, R. P. *Contra usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas UNICAMP; Aracajú: UFS, 2004.

LIBANIO, João Batista. *As Lógicas da Cidade*. 2 edição. São Paulo: Loyola, 2001.

MACHADO, Ricardo. *Entre o público e o privado: gestão do espaço e dos indivíduos em Blumenau*. Edifurb, 2008.

MALUF-SOUZA, Olimpia. *Calçadas: tramas que materializam desejos inconscientes e políticos nas cidades*. In Anais do SEAD – UFER. Recife-PE, 2015.

LOVEL, Julia. *Grande Muralha*. Tradução S. Duarte, RJ, Recorde, 2008.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: as conquistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Campinas, SP. Ed. Da Unicamp, RJ, Ed. Revan, 1998.

MALISKA, Mauricio Eugênio; DE SOUZA, Silvana Colares Lúcio. *Os efeitos de sentido da ironia e do humor: Uma análise das histórias em quadrinhos da Mafalda*. Revista Recorte, v. 11, n. 1, 2014.

MEIRA, S. Silvio. *ISTO É*. São Paulo, edição 2454, 13 Janeiro de 2017. p. 32

MOTTA, Ana Luiza Artiaga R. da. *O sujeito no discurso ecológico sobre a pesca na cidade de Cáceres Estado de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, SP: 2003.

_____. *A escrituração do Pantanal no discurso ambiental*. In: Neuza Benedita da Silva Zattar, Ana Maria di Renzo. (Org.). *Estudos da Linguagem: Língua, sujeito e história*. 1 ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. *O Rio Paraguai e a Cidade: Múltiplos Sentidos*. In: *linguagem escrita e tecnologia*, Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

_____. *A regularidade jurídica e o Desvão urbano*. In: *Estudo da Linguagem: Língua, sujeito e história*, Campinas, SP, 2012.

_____. *Planejamento urbano: a voz da cidade*. In: *Linguagem, história e memória-discursos em movimento*, Campinas: Pontes Editores, 2011.

NUNES, Horta, J. *Dicionário no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*: Campinas: Pontes Editores; SP: Fapespe; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. *A casa e a rua: uma relação política e social*. In: *Discurso em análise: Sujeito, sentido e ideologia*, Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 9ª Ed, Campinas: Pontes Editores, 2013.

_____. *Paráfrase e Polissemia. A fluidez nos Limites do Simbólico*. **Rua** - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI. Campinas, nº. 4, mar. 1998.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

_____. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. *Discurso e texto. Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, Pontes, 2012.

_____. *Discurso e políticas públicas urbanas: A fabricação do consenso*, Campinas: Editora RG, 2010.

_____. *Discurso em Análise: Sujeito, sentido e ideologia*, Campinas SP: Pontes Editores, 2012.

_____. *Gesto de Leitura: da história no discurso*, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

_____. *Exterioridade e ideologia*. In: *Cadernos de estudos linguísticos*. SP: Pontes, 1996.

_____. *Efeitos do verbal sobre o não verbal*. Campinas, *Revista Rua*, n. 1, p. 35-47, 1995.

_____. *Interpretação, autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. *N/O Limiar da cidade*. In: *RUA, UNICAMP- NUDECRI*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. *Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória*. In *Entremeios: Revista de estudos do discurso*. v1, n1, jul/2010.

_____. *Tralhas e Troços: o flagrante urbano*. In: *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Labeurb, Campinas: SP, 2001.

_____. *Sentidos em fuga: Efeito da polissemia e do silêncio*. In *Sujeito, Sociedade, Sentidos*, Campinas, Editora RG, 2012.

_____. *Educação em Direitos Humanos: um discurso*. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy [et al.]. *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007a.

PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. (1979) *Foi “Propaganda” Mesmo que Você Disse?*. Trad. Eni Orlandi. In: *Análise de Discurso – Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi*. Campinas: Pontes, p.73-92, 2012.

_____. *O discurso: Estrutura ou Acontecimento?* 2. ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, São Paulo: Pontes, 2012.

_____. *Papel da memória*. In: ACHARD, P, et al. *Papel da memória*. Tradução José horta Nunes. Campinas: Pontes, 2010.

_____. *Ler o arquivo hoje*. In *Gestos de leitura: da História no Discurso*. Campinas SP.

UNICAMP, 1997.

_____. *Materialidades Discursivas*. Campinas SP: Editora Unicamp, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. 1. Da partilha do sensível e das relações que estabelece entre política e estética. In: RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. 1. ed. São Paulo: EXO experimental; Ed. 34, 2005. p. 15-26.

ROLNIK, Raquel, *O que é cidade*, coleção primeiros passos, SP: Brasiliense, 1995.

RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. Tradução Emir Sader- 1. Ed, São Paulo: Boitempo, 2015.

ROBIM, Régine. *A memória Saturada*. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2016.

ROCHA, C. P. *A paisagem do medo: um estudo do bairro da Pituba*. 1 ed. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2008.

ROSSI, Clovis. *O que é jornalismo*. editora Brasiliense S.A. Coleção Primeiros Passos 1ª edição, São Paulo, 1986.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. (trad.) A. Chelini. et. al. São Paulo: Cultrix, s/d.

SENNET. Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SILVA, Mariza Vieira. *Espaços Urbanos – Espaço descrita*. In: revista Escritos: Escrita, Escritura, Cidade. SP, Campinas, 1999.

SILVA, Martim. *O Ensino de Língua Portuguesa na fronteira entre Cáceres (Brasil) e San Matias (Bolívia)*. 2012.

SILVA, Mariza Vieira da. Sujeito, escrita, história: a Letra e as letras. In: MIRIANI, Bethania (org). *A escrita e os escritos: reflexões em análises do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUZA, Tânia C. C. de. “A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação”. In **Rua** (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp) n º 7 NUDECRI – Campinas, SP: Unicamp, março 2001.

SHELP. Diogo. *VEJA*. São Paulo: Internacional, edição 3356, 19 novembro 2014. p. 70

TEIXERA, Rube Nilson Brandão. *Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana*. Natal: UDUFRN, 2009.

SILVA, Mariza Vieira da. *História da Alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SOUZA, Pedro de. *Espaço interditado e efeito-sujeito na cidade* In: Orlandi, Eni P. Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: SP, 2001.

ZATTAR, Neuza Benedita. *Calçadas: Espaços públicos e privados?* In: Revista Eletrônica do GELCO Linguagens: Desafios Contemporâneos, 2008.

ZOPPI, Fontana. *Um estranho no ninho- entre o jurídico e o político: o espaço público urbano*, In Revista Rua, 53 65, 1999.

WATKINS. Nathalia. *VEJA*. São Paulo: Internacional, edição 1473, 2 setembro de 2015. p.68.